

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Centro de Letras e Comunicação

Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada



Dissertação

***Tropical Sol Da Liberdade E Sob Meus Pés, Meu Corpo Inteiro: a Literatura
Como Memória Da Ditadura Brasileira***

Joseane Soldati Albo

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

A339t Albo, Joseane Soldati

Tropical sol da liberdade e sob os pés, meu corpo inteiro
: a literatura como memória da ditadura brasileira / Joseane
Soldati Albo ; Eduardo Marks de Marques, orientador. —
Pelotas, 2022.

69 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade
Federal de Pelotas, 2022.

1. Literatura. 2. Ditadura brasileira. 3. Memória. 4. Exílio.
5. Trauma. I. Marques, Eduardo Marks de, orient. II. Título.

CDD : 809

Elaborada por Maria Inez Figueiredo Figas Machado CRB: 10/1612

Joseane Soldati Albo

***Tropical Sol Da Liberdade E Sob Meus Pés, Meu Corpo Inteiro: a Literatura
Como Memória Da Ditadura Brasileira***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Literatura Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Marques de Marks.

Pelotas, 2022

Joseane Soldati Albo

***Tropical Sol Da Liberdade E Sob Meus Pés, Meu Corpo Intelto: a
Literatura Como Memória Da Ditadura Brasileira***

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Literatura Comparada, Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 10 de novembro de 2022.

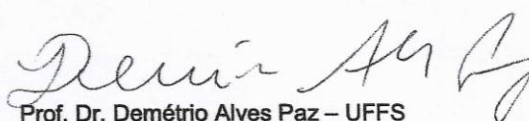
Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br EDUARDO MARKS DE MARQUES
Data: 06/12/2022 16:29:31-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Eduardo Marks de Marques (orientador) – UFPel

Documento assinado digitalmente
gov.br GABRIEL ARCANJO SANTOS DE ALBUQUERQUE
Data: 11/12/2022 23:51:52-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Gabriel Arcanjo Santos de Albuquerque – UFAM


Prof. Dr. Demétrio Alves Paz – UFFS

Documento assinado digitalmente
gov.br ALFEU SPAREMBERGER
Data: 13/12/2022 15:48:41-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Alfeu Sparemberger - UFPel

Resumo

ALBO, Joseane Soldati. ***Tropical Sol Da Liberdade E Sob Os Pés, Meu Corpo Inteiro: a Literatura Como Memória Da Ditadura Brasileira***. 2022. 80f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

O presente estudo é resultado da perene e da crescente necessidade de trabalharmos a memória individual e a coletiva em relação a fatos históricos e à necessidade de criação de uma memória histórica, para que períodos perniciosos, como a ditadura brasileira, não ocorram novamente. Tal período mudou os rumos da nação e de famílias inteiras pela violência, perseguições e desaparecimentos, sendo pouco discutido no mundo contemporâneo. O Brasil não penalizou ninguém e a leniência e o silenciamento em relação à ditadura foram tentativas de apagar da memória coletiva tais fatos, então aqui tentamos mostrar o porquê de a literatura ser relevante para trazer à tona os temas que envolvem a ditadura. A análise de motes como a memória individual e a coletiva, o exílio e o trauma, alicerçados na literatura, evitam o esquecimento. A literatura pode contribuir para a reinterpretação do passado, para reconstrução da memória coletiva, para dar conhecimento às novas gerações do que de fato ocorreu, para acabar com os sofismas. Aqui, mostra-se que recordar é importante para discutir o regime ditatorial e os dramas de famílias que sucumbiram em virtude do autoritarismo e das arbitrariedades cometidas. Os romances comentados são utilizados mormente para desvelar assuntos verossímeis que foram dissimulados pela história oficial. Ambos se inspiram em fatos reais para relatar histórias que se passam na época da ditadura, e posteriormente a ela, e servem como reflexão sobre os acontecimentos do período tão pouco abordados na atualidade.

Palavras-chave: Literatura. Ditadura Brasileira. Memória. Exílio. Trauma.

Abstract

ALBO, Joseane Soldati. **Tropical Sun Of Freedom and Under My Feet, My Whole Body: literature As A Memory Of the Brazilian Dictatorship.** 2021. 120f. Dissertação (Master's Degree in Comparative Literature) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

The present study is the result of the perennial and growing need to work on individual and collective memory in relation to historical facts and the need to create a historical memory, so that pernicious periods such as the Brazilian dictatorship do not occur again. Such period changed the course of the nation and of entire families due to violence, persecution, and disappearances, and it is not discussed enough in the contemporary world. Brazil has not penalized anyone and leniency and silencing about the dictatorship were attempts to erase those facts from the collective memory, so here we try to show why literature is relevant to raise themes involving the dictatorship. A literature founded analysis of topics such as individual and collective memory, exile, and trauma, avoids us forgetting about them. Literature can contribute to the reinterpretation of the past, to a collective memory rebuild, to inform new generations of what truly happened, and to put an end to sophistry. Here it is shown that remembering is important to discuss the dictatorial regime and the dramas of the families that succumbed due to authoritarianism and arbitrary acts. The commented novels are used mainly to reveal credible subjects that were covert within the official history. Both are inspired by real facts to report stories that take place at the time, and after, the dictatorship and serve as a reflection on the events of the period so little addressed today.

Key-words: Literature. Brazilian Dictatorship. Memory. Exile. Trauma.

Sumário

1.	Introdução	8
2.	Revisão da literatura	12
2.1	Literatura e memória	12
2.2	Memória Coletiva e Resistência	22
2.3	Memória, Literatura e Ressentimento.....	26
3.	Memória e Trauma	37
3.1	Memória em Tropical Sol da Liberdade.....	41
3.2	Memória em Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro.....	45
3.3	Memória e Trauma em Tropical Sol da Liberdade e Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro.....	49
4.	Exílio e Trauma	51
4.1	Exílio em Tropical Sol da Liberdade	57
4.2	Exílio em Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro	62
4.3	Exílio e Trauma em Tropical Sol da Liberdade e Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro	65
5.	Conclusão	66
	Referências	69

1. Introdução

O trabalho de pesquisa realizado usa dois textos literários, do gênero romance, como referências para tratar da ditadura no Brasil e dos temas a ela relacionados, quais sejam, a memória, o exílio e o trauma, e como a literatura tem abordado tais assuntos. Para isso, foi feito um paralelo entre as obras *Tropical Sol da Liberdade*, de Ana Maria Machado, e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*, de Marcia Tiburi, nos quais o contexto da ditadura e seus reflexos na vida das pessoas são muito evidenciados.

Os dois romances foram elaborados após o fim do regime ditatorial brasileiro e, por isso, foram escolhidos para esta pesquisa, pois o tema da memória (individual e coletiva) é dominante e está ligado ao trauma e ao exílio.

A obra *Tropical Sol da Liberdade*, de Ana Maria Machado, foi publicada em 1988, durante a redemocratização do país, na época da Assembleia Nacional Constituinte e ano da promulgação da nova Constituição Federal, ou seja, em um tempo de muitas discussões, de ampliação de direitos e de liberdades fundamentais. Nesse contexto, a passagem da ditadura para o regime democrático foi lenta e gradual, pois as eleições diretas para Presidência da República só foram ocorrer no ano seguinte, em 1989. Assim, a ditadura ainda estava muito viva na memória de todos, apesar de não haver debates sobre os crimes cometidos, e o livro foi publicado nessa fase de silenciamento, tanto do governo como da sociedade civil. Aqui, a publicação de livros sobre a ditadura era raríssima. A indiferença sobre as denúncias de violência, de assassinatos e de desaparecimentos permeou os três poderes da República, toda a sociedade civil e os meios de comunicação. A publicação da obra, ora analisada neste trabalho, é importantíssima pelo contexto histórico e fundamental pelas raras publicações sobre a ditadura naquele âmbito pós - regime ditatorial.

A autora Ana Maria Machado partiu para o exílio em 1970. Trabalhou e terminou o doutorado na França. Entre seus diversos ofícios, é uma escritora reconhecida no mundo todo pela extensão e pela qualidade da sua produção literária. Escreveu ensaios, romances e literatura infantojuvenil e são mais de cem títulos traduzidos para inúmeros países totalizando em torno de vinte milhões de livros vendidos. Faz parte da Academia Brasileira de Letras desde 2003 e ocupou a

Presidência desta Instituição nos anos de 2012 e 2013. A experiência vivida nos anos ditatoriais e a participação em atos públicos ocorridos no país antes de exilar-se são basilares para uma escrita tão primorosa e serviram como inspiração para fazer *Tropical Sol da Liberdade*. A ditadura não é tema apenas deste livro da autora, é um tema recorrente, inclusive na literatura infantil. A questão da memória é tão presente em *Tropical Sol da Liberdade*, que as memórias afetivas da protagonista se entrelaçam com registros da memória coletiva. Em entrevista ao jornalista Luiz Lobo no ano de 2013, Ana Maria Machado afirma que o exílio foi horrível pela saudade, pelas dificuldades com a falta de dinheiro, que se sentia desgarrada, desterrada, porém, após o retorno, sentiu que viver outras realidades foi muito enriquecedor, então tinha uma mistura de sensações em relação ao exílio. Na mesma entrevista, diz que, durante a ditadura, participou de passeatas e assinou manifestos nos anos de chumbo.

O romance *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*, de Marcia Tiburi, foi escrito no século XXI, publicado em 2018, sob um contexto bastante diverso do romance de Ana Maria Machado. Com a modificação do regime de governo na segunda metade do século XX, ocorreram mudanças significativas na gestão pública estatal em virtude da Constituição e de leis esparsas específicas, ou seja, o referido livro foi escrito em um contexto bem diferente do período da redemocratização, sob a égide da Constituição Cidadã, que completava 30 anos de promulgação, isto é, com um distanciamento bem maior em relação ao regime militar, logo com as memórias mais esmaecidas, por conseguinte necessitando de um romance como este para que as memórias sejam revigoradas, mormente porque a literatura sobre o período ainda é escassa, e aí talvez resida o seu valor. Neste romance, percebemos, em determinadas partes, como sendo uma literatura distópica (gênero vinculado à ficção científica e que narra uma possível realidade sombria decorrente, principalmente, de governos totalitários) vemos uma história bem diferente da citada alhures. Os capítulos têm maior exposição da violência e da crueldade humana, são tratadas questões relacionadas à memória, ao exílio e ao trauma na época do regime ditatorial reverberando no mundo contemporâneo.

A autora de *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* é uma gaúcha, nascida em Vacaria, em 1970, formada em Filosofia e Artes Plásticas e, nas suas obras literárias, a filosofia tem importante papel, seus pensamentos e posicionamentos são conhecidos do grande público, pois trabalhou na televisão. Hoje, vive na

França. Além de professora e escritora, também concorreu a cargos eletivos, tendo uma participação ativa política.

Ana Maria Machado foi para o exílio em 1970 e Marcia nasceu neste ano, logo as memórias de ambas foram criadas de maneira bem diversa, visto que esta pegou o final da ditadura quando era criança e Ana Maria viveu plenamente o período na sua juventude e maturidade. Diferente da Ana Maria Machado, que era jornalista na ditadura, em que a censura era forte, o trabalho de Marcia na televisão foi no século XXI, sem censura, portanto. O distanciamento cronológico e os contextos das publicações são influenciadores nas escritas, pois são dois ótimos trabalhos artísticos, que refletem sobre a ditadura sob enfoques totalmente distintos, mas que envolvem as memórias, o trauma e o exílio de maneira surpreendente.

Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro traz uma luz sobre um período com tantas coisas mal explicadas, confusas, e mostra os motivos para recordar e reelaborar o regime ditatorial brasileiro. É uma literatura que tem a representatividade do silenciamento e de memórias não compartilhadas. São colocados nesta pesquisa vários trechos do livro que mostram as memórias, o exílio e o trauma.

Os estudos desenvolvidos têm como escopo analisar as contribuições para a formação da memória coletiva, especificamente em relação ao período ditatorial, e a importância da literatura na sua formação para evitar o esquecimento e o apagamento de fatos relevantes ocorridos na ditadura brasileira. Outrossim, não há como falar da memória da ditadura, sem falar do exílio, das pessoas que foram para o exterior forçadas em virtude de suas opiniões e de ações políticas, por discordarem do regime autoritário imposto na época. O trauma está ligado aos demais temas, à vista disso, sua menção e exame são oportunos, até porque, nos livros citados, ele fica bem demonstrado, ou seja, as análises foram feitas com o objetivo de estimular a memória, reavivando-a por meio da literatura comparada, e com o intuito de recordar fatos homiziados pelos governos que se sucederam no país sobre um período tão marcante da história do Brasil e tão pouco difundido na contemporaneidade.

Assim, começamos fazendo uma revisão da literatura com os textos literários já referidos e livros de autores como Maurice Halbwachs, Le Goff, Márcio Seligmann – Silva, Denise Rollemberg, Beatriz Sarlo e Eurídice Figueiredo para conceituação da memória, pós-memória, exílio e trauma. É colocada a necessidade

dos romances ou da literatura de uma maneira geral, para mostrarem os traumas causados pela ditadura, pelo exílio e pela memória coletiva com sua importância para ressignificar a ditadura.

É mostrado que o passado subsiste na memória e integra o nosso presente, que o ressentimento permanece nas vítimas da ditadura e que a literatura é vista com finalidade de criação de uma consciência histórica destacando que o trabalho da memória é basilar para a superação dos traumas individuais e coletivos. Em suma, as recordações do período ditatorial e as memórias, individual e coletiva, da ditadura estão ligadas ao trauma e ao exílio.

Outrossim, fazemos uma relação da memória com o trauma da ditadura e uma constatação de que a literatura deve servir como forma de resistência e mostramos como cada romance apresenta essa relação. O exercício de reelaboração das memórias está presente nos dois livros e retratamos a importância disto. Há comparações entre as memórias e traumas presentes em *Tropical Sol da Liberdade* e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*.

Os livros, publicados com hiato de 30 anos entre os dois, realçam que as análises só cresceram com o passar do tempo, em uma tentativa de evitar o esquecimento e trazer dados atualizados para a coletividade amparados na reinterpretação dos fatos ainda contestados. Ambos têm as temáticas da memória e do trauma tratadas diferentemente, porém os dois enredos possuem proximidade na maneira de sentir e de demonstrar esse passado autoritário. São textos literários que reconstroem o passado, que reabrem a discussão e nos fazem pensar, recriam a memória.

Tanto *Tropical Sol da Liberdade* quanto *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* tratam do exílio e do trauma, então é possível fazer uma relação entre ambos.

O exílio em *Tropical Sol da Liberdade* é muito destacado e o trauma é representado pelas memórias individuais da ditadura e pelas consequências na vida das personagens. Faz-se uma comparação entre o exílio e o trauma que estão em *Tropical Sol da Liberdade* e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*. O componente traumático aparece durante e após o exílio nas histórias de ambas.

Portanto, para a elaboração do trabalho, foi utilizada uma metodologia de pesquisa bibliográfica.

2. Revisão da literatura

A literatura feita no Brasil que envolve a ditadura e os governos militares não é tão ampla atualmente, parece que, neste século, as recordações deste período estão um tanto indolentes, pois a memória, o exílio, o trauma e todos os demais aspectos relacionados ao período estão estagnados em um limbo, nas bordas das discussões sobre repressão e violência. A centralidade que tal período merece não está destacada na literatura e nem nas discussões políticas, sociais e econômicas, quando isto era de se esperar porque muito do que vivemos hoje decorre de fatos acontecidos naquela época.

No entanto, existem obras nacionais e de autores estrangeiros que divulgam a ditadura, não somente a brasileira, mas da América Latina em geral. E, ainda, outros que não falam diretamente da ditadura, mas de aspectos relacionados a ela, analisando-os. Assim, aqui vamos tentar mostrar a ditadura usando *Tropical Sol da Liberdade* (2012) e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018) e outras obras técnicas para tentar conceituar memória, pós-memória, exílio, trauma, com o auxílio de autores como Maurice Halbwachs, Le Goff, Márcio Seligmann-Silva, Denise Rollemberg, Eurídice Figueiredo.

Os ditos conceitos são amplos e valem análises aprofundadas, não englobam características isoladas e, por isto, tentar defini-los com a ajuda dos autores mencionados é um grande desafio.

A revisão dessa literatura é premente para que se mantenha atualizada e revigorada e não permita o esquecimento de temas tão imprescindíveis para manutenção da memória coletiva e histórica. Portanto, nos tópicos seguintes tentaremos discriminar as acepções da memória, do exílio, do trauma no que diz respeito à ditadura considerando todas as pesquisas realizadas pelos autores referidos.

2.1 Literatura e memória

A literatura pode ser considerada como uma tentativa de recuperação da memória das vítimas do poder do estado e da memória coletiva. E com uma escrita qualificada baseada em fatos reais e históricos, é concedido às novas gerações a

possibilidade de compreender o que passou na história política recente do país, tanto na época da ditadura quanto na pós-ditadura, o porquê da realidade política, econômica e social que vivemos. A literatura questionadora, interpretativa, reflexiva, abre as portas para novas descobertas e reinterpretações desse passado conseguindo transmitir os atos políticos dizendo o que a história oficial esconde e, em especial, mostra a mudança de pensamento e comportamental do povo a partir desse período tão pouco debatido fora das academias. Tais textos literários são necessários porque dialogam com a história da nação, como complemento ou contestação, ou ainda, como simples informação. O conceito de memória é muito relacionado à história, pois cria-se a partir dela. A memória e a literatura estão interligadas como mostra Elizabeth Santos Braga no seu artigo “*O trabalho com a literatura: memórias e histórias*”:

A memória e a literatura encontram-se sempre: na poesia épica, no romance, no conto, na crônica, na carta, na (auto)biografia, marcando especificidades nos gêneros (como o romance de memória) e estilos (como o de um Proust ou o de um Bandeira); no trabalho de escrever, no trabalho de ler; também no de editar, traduzir; nos vários modos de produção e circulação da obra literária). (BRAGA, 2000, p. 84).

A história, a memória e a literatura andam juntas independente do gênero literário, pois permitem novas aberturas, novas fendas. Desatam nós e criam laços com novos pontos de vista. Recriam e reinterpretem fatos.

Assim, no Brasil, um período histórico que merece ser perenemente reelaborado na memória coletiva e na literatura é a Ditadura Militar (1964 a 1985) que acarretou o exílio para muitos brasileiros e este foi um de seus efeitos mais adjacentes e duradouros, visto que os fatos vividos, consequências e traumas, continuaram persistindo na vida dos exilados por muito tempo. As memórias resistem conosco, inobstante o parco debate fora dos locais em que seu estudo se faz, e com o intuito de estimular a reconstrução da memória, é que a literatura, do gênero romance ou não, analisa fatos históricos imbricados no cotidiano. Os romances que comentamos mostram um povo mutilado sim, mas não morto, apesar do perecimento de muitos. E isto tem de continuar sendo contado para as novas gerações.

O exílio deve ser mostrado pela literatura, visto que é vivido no dia a dia envolvendo problemas de natureza objetiva e subjetiva e não se encerra com o final

do exílio e com a data de chegada do nacional ao seu país de origem, pois continua vivo em suas memórias e no que vive após deixar de ser exilado.

Para o desterrado, há um constante paralelo com o que havia na pátria em um período anterior e o que havia no exílio, no país de acolhimento, de ausência, de inexatidão, de incerteza, e é isso que o acompanha de qualquer modo. Por isso, muitos exilados participaram de textos literários coletivos narrando suas aventuras antes do exílio (na ditadura) e fora do seu país.

Os exilados formaram uma comunidade de brasileiros no exterior moldada pela contradição, ambiguidade e individualidade. Admite-se afirmar que o exílio é uma condição política, mental, que não se encerra com o retorno do corpo físico à pátria. Na realidade, o exilado é aquele que divergiu do regime político ditatorial e expôs sua insurgência e, com isso, aparece o conflito, a perseguição, a tortura, assim sendo o exílio atinge esse tipo de pessoa que não aceita passivamente essas arbitrariedades. Ele é puxado para o estrangeiro por causa do acossamento e intimidação, entretanto o exílio além de ser uma fuga obrigatória para alguns pelo medo e perseguição também foi uma fuga para outros que não concordavam com o regime e queriam afastar-se da realidade autoritária que fazia parte da vida de todos os brasileiros. Partir é a única forma de sobrevivência na visão do perseguido. Há casos, contudo, em que o sujeito não tolera o regime autoritário a que o povo está submetido e decide ir embora, mesmo sem sofrer atos violentos contra si. O exilado foi derrotado em seu próprio país, seu projeto sociopolítico formatado com seus parceiros não foi implementado e, pelo contrário, foi coibido de ser explanado e debatido. Então, mesmo que posteriormente ao regime autoritário, é válida a literatura que narra suas desventuras. Rollemberg (1999, p. 34) *apud* Ana Vasquez e Ana Araújo menciona que o exílio tem dupla face, ou seja, um drama e um renascimento ao mesmo tempo, pois o distanciamento faz sofrer e concede uma pausa para reflexão e para aprendizado. Rollemberg (1999) informa:

De maneira geral, o afastamento do universo de referências faz com que o exílio pareça com vazio, ausência, intervalo. As noções de tempo e lugar perdem a nitidez, confundindo o passado e o presente, sobrepondo o país de origem ao de destino, num esforço para manter o que não existe mais. Na impossibilidade de realizá-lo, resta em muitos exilados a angustiante sensação de tempo perdido: “Mais do que tempo, são as sensações perdidas, a sensibilidade, o modo de encarar a vida – tudo me faz falta. Tempo perdido por estar aqui, e não aí”, como descreveu César Benjamin. O ‘estar fora do lugar’ confundindo-se com o “estar fora do tempo”. Miguel Arraes fala da busca do lugar perdido como a luta pela vida, como a

resistência à morte: O exílio é como se você visse o tempo passar fora de você. As coisas ocorrem sem que você participe, sem que você esteja dentro delas. É preciso, portanto, um esforço enorme para se manter a par da realidade, através de conversas, visitas, leituras de jornais, programas de rádios etc. É preciso um esforço para viver porque, do contrário, quando se fica fora do tempo não se vive. (ROLLEMBERG, 1999, p.42)

A história do dia a dia no exílio é, portanto, a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo, entre o que se era – ou se pretendia ser – e o que se acabou sendo de fato. É a história da desorientação, da crise de valores que significou, para uns, o fim de um caminho e, para outros, a descoberta de outras possibilidades. É a história do esforço inútil e inglório para manter a identidade. É a história da sua redefinição e da sua reconstrução, que se impunham num processo que se estendeu ao longo das fases do exílio e que continuou para muitos, mesmo depois da volta ao Brasil. (ROLLEMBERG, 1999, p. 132)

O exílio, consoante Rollemberg, é composto de muitas histórias, muitas memórias. À vista disso, merece uma literatura verossímil e coesa que mostre a realidade vivenciada pelo exilado fora de seu país, como em *Memórias das Mulheres no Exílio* (1976), de Albertina de Oliveira et al, no qual há uma percepção subjetiva do que é ser uma mulher exilada:

São exiladas as perseguidas, as punidas, as presas e torturadas. São exiladas as que sofreram perseguições indiretas. Esposas, mães, filhas e amantes. São exiladas as que perderam suas condições de trabalho, também aquelas que não puderam suportar o sufoco numa sociedade onde a ditadura desenvolveu e potencializou tantas formas de opressão. E ainda aquelas que teimaram em ser livres onde as liberdades estavam cerceadas. A condição de exilada não se confunde necessariamente com a de asilada ou a de refugiada. O estatuto legal não cobre de forma alguma a diversidade de situações de exílio, nem abrange aquelas pessoas portadoras de documentos mas que não poderiam voltar em segurança, e cuja situação formal foi sempre bastante ambígua. (COSTA e outras, 1976, p. 16)

Este tipo de literatura, diferente do romance, também é muito importante para a manutenção da memória da ditadura. A maioria das deliberações para encarar os exílios na ditadura brasileira se deram por questões políticas. Por medo das perseguições e violência, foram pensadas e determinadas pelos fatores sociais daquele momento; outros, saíram fugidos mesmo, já que não deu tempo para refletir porque estavam sendo caçados pelos agentes do poder autoritário então instaurado pelo golpe de 1964; outros ainda, após serem presos e investigados, também prepararam a sua saída sorrateira do país, pois não viam outra maneira de viver no Brasil, visto que o regime ditatorial para pessoas que se expunham e se

manifestavam contra ele, resultava em cidadãos controlados e ameaçados, quando não eram torturados e desapareciam sem explicação razoável.

O exílio é determinado pela conjuntura da época, pelas questões políticas e sociais da ditadura brasileira, ou seja, pela repressão, intolerância e restrições de direitos. Com a publicação do Ato Institucional nº 5 que eliminava direitos fundamentais e coletivos, os obstáculos para os resistentes ficaram intransponíveis, então a grande maioria daqueles indivíduos que se manifestaram contra o regime e entraram na luta para derrubá-lo tiveram que afastar-se do país ou dos locais em que eram mais visados. Alguns já viviam na clandestinidade, nomes e endereços modificados por causa das perseguições, e medo da tortura e da prisão. Quando resistir no próprio país torna-se perigoso e quando o diálogo já não é mais possível e parte-se para a luta armada, o partícipe deste tipo de embate, que deixou de ser filosófico e passou para o uso da força, não vê outra alternativa para sua segurança e de sua família que não seja a clandestinidade e o exílio. Existiram famílias que partiram para o estrangeiro porque não queriam vivenciar a ditadura brasileira, buscaram alternativas em outros países que aqui não conseguiriam exercer pela falta de liberdade. O exílio constitui-se em uma situação limite na vida de uma pessoa, quando esta se sente obrigada a deixar seu país, seus amigos, seu trabalho e rompe com laços afetivos de maneira brusca para buscar acolhimento no exterior acompanhada pela insegurança e pelo medo, e, por isso, o exílio também abriga o trauma e as memórias que ficam implantadas em todo o corpo humano, seus registros vão além do cérebro, são marcas impossíveis de serem apagadas, mas podem ser reinterpretadas ao longo do tempo como um marco importante na vida do sujeito, as quais, reunidas com as memórias de outros, elaboram o balizamento para entender o que foi a ditadura pelas gerações posteriores. Todos estes aspectos devem ser avaliados de tempos em tempos por todos os brasileiros, seja por meio da literatura ou não. Nesta pesquisa, a literatura exerce papel de destaque quando memória, exílio, trauma e história são motes para difusão das arbitrariedades ocorridas no século passado.

Existem muitos relatos de brasileiros clandestinos, exilados ou não, isto é, existe uma literatura que dá conta das adversidades vividas dentro e fora do país, pois muitos foram embora da nação sem passaporte e os que aqui ficaram precisavam usar documentos falsos e mudar a aparência, ou melhor, andar

disfarçados. Note-se, portanto, a importância da literatura quando o assunto é a ditadura brasileira.

Esse tipo de informação vemos em romances, mas também em obras como *Exílio Entre Raízes e Radares* (1999), de Denise Rollemberg. Também informações a respeito de como era vista a clandestinidade na conjuntura antidemocrática, os exilados que tiveram que viver em vários países, e inicialmente ficavam na América do Sul, mas depois tiveram que migrar para Europa e África, pois quando a situação ficava insustentável tinham que ir embora; viveram em uma situação de provisoriedade durante muito tempo, morando mal, em apartamentos sem móveis, com inúmeras pessoas, pois não tinham condições financeiras para custear uma moradia decente. Já outros exilados conseguiram estudar e trabalhar e se adaptaram aos novos países e nunca mais voltaram, fizeram a vida nesses lugares, ou ainda apenas aproveitaram o momento para se qualificar profissionalmente e voltaram para o país de origem antes mesmo do fim da ditadura. Repara-se que a maioria dessas pessoas em seus depoimentos dão conta de um desenraizamento, sentem-se errantes, desterritorializados. Apesar disso, por um lado, o desterro viabilizou o desenvolvimento pessoal e, em alguns casos, até familiares, pois trouxe possibilidades várias, antes nunca pensadas, em relação às atividades profissionais e de estudo, e uma nova percepção do mundo sob uma ótica das culturas diferentes.

Há uma mistura de experiências granjeadas no desterro, negativas e positivas, no entanto, ressalta-se que tanto as experiências do exílio como do desexílio são plurais e individualizadas, e os efeitos na vida familiar e profissional também, mas quesitos como o medo, o silêncio, a memória e a identidade, advindos desse afastamento, são muito semelhantes e podem e devem ser partilhados. Enfim, a literatura se presta a isto, ou seja, mostra os vários aspectos, positivos e negativos, por exemplo, como o exílio pode ser um castigo para aquele que se revolta com uma realidade de dominação e cerceamento de liberdades e pode ser um renascimento pela aquisição de conhecimentos em novas culturas.

Nos depoimentos verídicos que estão nos livros *Memórias do Exílio* (1968) e *Memórias das Mulheres do Exílio* (1976), fica bem claro que os indivíduos que vivem o exílio ficam com cicatrizes e marcas psicológicas que os acompanham em suas trajetórias durante toda a vida. O romance fundamentado em fatos reais representa

em obras escritas por exilados ou não o trauma da repressão e as questões identitárias que se seguem, mesmo após o término do período repressivo.

O simbolismo da exclusão da pátria está, em um primeiro momento, na decisão impactante, no abalo emocional com a ruptura de relações afetivas, nos hábitos cotidianos, com o afastamento do lar, com o sentimento de pertencimento afetado pelo ônus do afastamento de tudo que lhe é familiar, já conhecido. O exílio em especial teria ocasionado consequências na vida de quem foi forçado a deixar o país, primordialmente a dificuldade de comunicação, com o problema do idioma, o estranhamento com a cultura e as tradições do novo país e pelo fato de ser tratado como intruso em alguns países, ser mal-recebido. Nestes vários fatores, reside a questão do trauma, da dor, da dificuldade e da superação e, quando a literatura reflete sobre a ditadura, é inerente a reflexão sobre as questões emocionais daí oriundas. A memória coletiva deve ser reelaborada em virtude dos aspectos mencionados, deve ser reavivada, pois se assim não for, com o passar dos anos, a ditadura será vista de maneira mais branda, menos dura, com o império da clemência sobre período tão implacável com o povo brasileiro. Todos foram atingidos, boa parte de forma desumana, e são estes os maiores detentores do trauma. É também por eles, porém não só por eles, que a reconstrução desta memória deve ser perene.

O processo de construção da memória do exilado, de recuperação do passado, deve ser esmiuçado para compreensão dos traumas oriundos dessa fase de clandestinidade, de crise identitária, causados precipuamente por rompimentos e por cisões com os grupos, armados ou não, a que pertencia. Toda essa quebra de relações sociais traz feridas realçadas ainda mais pela dor do exílio imposto. É possível ver o exílio como uma forma de punição aos brasileiros que se postavam contra o regime, como um efeito da repressão política e, por causa disso, tornou-se tão penoso e desconfortável para alguns, embora para outros tenha sido bastante favorável no sentido de que as condições de vida evoluíram no exterior, mormente quando a determinação do exílio partia de uma decisão particular sustentada na vontade de viver em países mais tranquilos e não no meio do caos social e político. Há registros em várias literaturas de que o exílio foi reiteradamente usado para afastar indivíduos ou grupos que divergissem do sistema político antidemocrático estabelecido em alguns países com o intuito de desmobilizar essas oposições políticas.

O professor Fábio Lucas da Cruz, no artigo intitulado “*A história e as memórias do exílio brasileiro*”, leciona:

A vida no exílio é marcada por conflitos pessoais e coletivos que desencadeiam uma reconfiguração da identidade individual. É fundamental observar e relacionar as questões psicológicas, políticas e sociais inerentes ao exílio para entender esta transformação.... Há a reconfiguração do trabalho, da educação, da linguagem, dos hábitos cotidianos e das relações sociais. Esta reconfiguração é acompanhada por sentimentos diversos: saudade, esperança, rancor, medo, frustração.... É um processo de crise identitária, que perpassa um luto inicial, ou seja, o sentimento de perda dos sistemas de referência. (CRUZ, 2012, p. 122)

Destaca-se, outrossim, que a literatura pode representar uma prerrogativa de construção identitária quando os motes textuais são situações de crise social e política, que justificam a análise da realidade, como o período da ditadura. Esta torna possível os romances discorrerem sobre temas como autoritarismo, totalitarismo, repressão, tortura, busca por desaparecidos, exílio, entre outros. Percebe-se na vida dos exilados, e a literatura pode mostrar isso, um colóquio com outras línguas e culturas, deixando, portanto, de ter uma identidade nacional para ter novas identidades híbridas, de sorte que identidades são conformadas por situações. A condição de exilado, por vezes, deixa o indivíduo melancólico, longe de suas raízes, e, por outro lado, a situação de clandestino também é bastante desconfortável; é um inadaptado habitual. A dor costuma ser um subsídio unificante para um povo, uma comunidade, neste caso específico, uma comunidade de exilados com sentimentos comuns, em especial a crise de identidade como conjuntura emocional consequente do exílio. O trauma da repressão também é causado pela dor e é capaz de gerar uma crise de identidade e, mais grave, até confusões mentais incuráveis.

Por fim, considera-se que a identidade pessoal fica prejudicada por qualquer tipo de exílio porque este equivale a uma exclusão social e moral decorrente de sua conformação ideológica, do seu eu, um ser humano privado de ser ele mesmo; há um sentimento de provisoriedade no exílio, um parêntese que significa um momento intermediário e que acaba. Após isto, o sujeito deveria continuar de onde havia estagnado a sua vida, mas já não é mais possível porque foi somente a vida do cidadão que estagnou, o restante do mundo, não. O exilado, quando e se retorna ao país de origem, não reencontra sua identidade, a que considerava única e verdadeira, pois esteve muito tempo ausente, e é um ausente ao tentar retomar a

vida, pois os amigos já foram, desapareceram, os lugares que frequentava não existem mais, ele mesmo se sente um desaparecido, um ser que nunca existiu. Logo, a crise de identidade do sujeito o acompanha no exílio e depois dele também, as marcas são muitas e difíceis de apagar, a sua memória individual pode ser bem diferente da dos demais e muitos não querem recordar, mas também não conseguem esquecer a repressão, e o exílio torna-se permanente, mesmo quando volta para o que considera ser sua casa. Além de não terem direito a exorcizar a memória, a expressar a dor, os exilados não têm voz, ninguém nunca quis escutá-los sobre seus conflitos, a maioria provenientes da tortura, da repressão e, finalmente, da condição de expatriado, até porque a ditadura incidiu sobre todo o povo e, de algum modo, cada ser humano que viveu sob o manto do autoritarismo possui sua lembrança dolorosa para tratar e amenizar a dor. Neste contexto, é complicado dissipar o trauma porque esquecer é bastante improvável em tais situações, quiçá com a reinterpretação dessas memórias relacionadas aos incidentes traumatizantes. As tentativas de superação dos traumas são pelejas que requerem tratamento longo com o objetivo de amenizar o sofrimento. A cura passa pelo esquecimento e isso não é uma alternativa para o traumatizado.

Para coroar o término do exílio, o desexílio comumente foi encarado como um novo distanciamento, um rompimento com a memória de como era antes, referências desperdiçadas, um novo início. Se o primeiro exílio comportava esperança, o desexílio constitui-se pelo retalhamento desse sentimento. Assim sendo, a dor é intensificada e o trauma se aprofunda. Este episódio do desexílio deveria ser positivo, entretanto pode fincar de vez no peito a chaga da dor emocional, ocasionando mais um trauma que só a vítima pode perceber ou não.

O escritor de *‘O Local da diferença’* (2018), Márcio Seligman – Silva, assim ensina:

Aprendemos que o elemento traumático do movimento histórico penetra nosso presente tanto quanto serve de cimento para nosso passado, e essas categorias temporais não existem sem a questão da sua representação, que se dá tanto no jornal, na televisão, no cinema, nas artes, como na fala cotidiana, nos nossos gestos, sonhos e silêncios, e, enfim, na literatura. (SELIGMANN-SILVA, 2018, p.64)

Não há como quantificar o grau de importância dessa penetração dos elementos traumáticos, como o exílio e a repressão, no sujeito ou que tipo de

sequelas nele permaneçam, tanto no contexto do regime ditatorial quanto posteriormente. Não há, portanto, como dimensionar esse período de provisoriedade do exílio e seus efeitos na vida pessoal de cada exilado, pois como mencionado algures, a paralisação se apodera do indivíduo, ele perde os sonhos e os objetivos, apenas vive, mesmo quando tenta retomar a antiga vida, anterior ao exílio. São sequelas perenes no exilado. Há uma “ferida histórica” nessas pessoas que incorpora história, memória e práticas vivenciadas. Entrementes, com os romances, suas histórias pessoais contadas em círculos menores com teor nostálgico, passam a ser relatadas a uma comunidade bem maior disposta a escutar e entender o porquê de todas as arbitrariedades, ou seja, para uma nação que não quer esquecer e quer sim conhecer esse passado pungente. Em vista disso, a representação de todos os fatores envolvidos pela ditadura brasileira, devem ser analisados, mostrados, buscados e questionados, ou melhor, não podem cair no esquecimento porque tal período foi fundamental para o que vivemos depois no nosso país.

Nessas circunstâncias, os romances que discorrem sobre os traumas originados com a ditadura e com o exílio, em que as personagens revelam, por meio das lembranças, que são pessoas transformadas e que, passados longos anos, ainda sofrem as consequências do período ditatorial, com suas identidades reconfiguradas, valendo um estudo mais criterioso e aguçado.

A busca da reinterpretação desse passado, utilizando a teoria de Halbwachs sobre a formação da memória coletiva e histórica, junto com o auxílio das obras *Tropical Sol da Liberdade* (2012) e *Sob Meus Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018), tem o fim de evidenciar que não é possível ocultar esse passado recente da história brasileira, sobretudo porque a repressão está bem presente nas nossas anamneses que precisam ser reanalisadas periodicamente com pormenores para barrar o alheamento coletivo.

A nação brasileira e a América Latina viveram ditaduras no século passado que não podem ser repelidas, então a memória coletiva deve ser mantida para que a repressão e a truculência por divergências políticas não permeiem mais as relações sociais. A literatura que propaga a crueldade que ocorreu no Brasil e na América Latina, no século XX, merece ser prestigiada, discutida, analisada, para que as ações ignóbeis do autoritarismo não se repitam e não caiam no esquecimento.

2.2 Memória Coletiva e Resistência

Na introdução do livro *“Memórias das Mulheres do Exílio”* (1976), ao comentar a história das exiladas, percebe-se um sentimento comum entre elas:

Esta é a minha história, a sua história, a história dela. Este livro é uma obra coletiva, que tem início com *“De Muitos Caminhos”*..., e percorre um longo caminho – desde “eu não tenho nada para dizer” até “o que eu tenho para dizer”, desde nós quatro até um NÓS maior – em que vidas, sentimentos, intimidades, alegrias e dores diversas foram saindo de cada uma para transformar – se em todas nós. (...)

Brasileiras, exiladas, minoria,... Descobrimos a par e passo uma outra condição também determinante e comum: MULHERES.(...) (COSTA, MORAES, MARZOLA, LIMA 1980, p. 15)

Dessa maneira, essa obra coletiva é relevante como representação e ressignificação para a construção da memória nacional, sob uma ótica muito particular de mulheres que viveram, na pele, a ditadura. A representatividade é uma forma de resistência e ressignificar a ditadura é a sobrevivência da memória coletiva, é a defesa para os traumatizados do regime ditatorial e é repelir a violência do Estado. A manutenção da memória coletiva por meio de depoimentos, testemunhos, da literatura, sempre será válida para que regimes autoritários e violentos não sejam esquecidos. Não é cultivar o rancor, são meios que mostram como resistir, mesmo após passados tantos anos da ditadura. As vítimas da tortura, as famílias dos desaparecidos, não conseguem apagar as lembranças duras dos anos de chumbo e podem contribuir para que não aconteçam de novo com outras pessoas e com outros povos. São formas de serem cidadãos e colaborarem política e socialmente. As perseguições e violência por divergência de opinião não podem ocorrer mais, não cabem na época atual do Brasil, então relatar, informar e remexer na dor através da literatura é resistir, é reconstruir a memória coletiva.

O historiador francês Jaques Le Goff, no livro *História e Memória*, manifesta-se sobre a memória coletiva:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2008, p.422) (grifo nosso)

Nota-se que ao não discutir ou falar sobre certos temas vemos a clara intenção de manipular a memória coletiva para levar ao esquecimento, ao apagão coletivo. Portanto, as obras literárias com narrativas sobre a ditadura servem como alternativa de resistência e como impedimento da fuga das duras verdades da história e para dar uma feição mais realista do que nos foi contado superficialmente. A manipulação aqui tratada pode ocorrer de maneira consciente ou não e incide primeiro na memória individual e, após, na memória coletiva, de modo que foi utilizada para escapar de rótulos negativos ligados à ditadura. Os silêncios em relação à ditadura brasileira indicam que esquecer é melhor do que lembrar, inclusive pela leniência contra os criminosos, entre eles, torturadores e militares. Não houve responsabilização, nem condenação penal para os criminosos. Houve apenas indenização cível por parte do Estado para algumas famílias de desaparecidos políticos, no entanto isso não apaga a memória do sofrimento. Essa memória coletiva deve ser mantida nas mentes dos que não sofreram a tortura ou que não foram exilados porque estes não têm como esquecer, porém, aqueles que não se revoltaram com o regime e não sofreram violência, esquecem mais rapidamente sobre as atividades ilícitas praticadas pelos agentes das repressões, então a memória coletiva a ser fomentada é a daqueles que não tiveram familiares desaparecidos ou exilados. A literatura de resistência é mais destinada a esse pessoal e às novas gerações que não têm acesso ao que realmente aconteceu no país. A memória precisa ser estimulada para que essa discussão sobre o que queremos para o nosso país e nosso povo seja revitalizada na atualidade. Ao final do texto, Le Goff, conclui:

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2008, p.471)

Deste modo, trabalhar para a memória coletiva servir para a libertação dos homens é uma forma de resistir, de uma escrita libertária que desprende amarras, que não deseja manipulações, e que usa a memória coletiva para reinterpretação do passado, baseada nas experiências vividas, para não consentir ou compactuar com o esquecimento e, para isto, a literatura pode ser aproveitada como resistência também. Mais do que isto, a memória coletiva está ligada a comportamentos,

crenças, a um conjunto de manifestações psíquicas e morais, envolvendo o que poderíamos chamar de uma psicologia social e, por isso, trabalhar essa memória significa trabalhar com o que fica do passado ou com o que grupos ou sociedades fazem do passado.

Ressalte-se que a memória humana é inconstante e bem flexível, isto é, acomoda-se facilmente às circunstâncias, e à vista disso, é manipulável e pode reinterpretar fatos já ocorridos. Ela permite a intervenção gerada pelo mundo exterior, pois sofre a ação de dado contexto. A partir dessas considerações, é que a análise da memória e do esquecimento sob o aspecto da ditadura ou das catástrofes, expandem-se no campo da literatura, pois rememoram e debatem fatos verídicos ou não, como forma de não sucumbir a sofismas propagados por grupos mal-intencionados. A memória pode ser alimentada com novas informações, que foram encobertas em dado tempo, pois ela não se cria só com o que se vive, mas com o conhecimento que acumulamos junto a outros órgãos ou pessoas, então ela se reformula, se refaz.

Claro está que a memória coletiva absorve as memórias individuais, no entanto há uma interpenetração entre ambas. Percebe-se que a literatura é composta pelas duas memórias, a individual e a coletiva, estas atuam em colaboração, possuem os limites de espaço e tempo de maneira diferenciada, a individual de forma mais restrita e a coletiva mais ampla. Todavia, a consciência pessoal, as recordações pessoais que não se mesclam com as de terceiros, carecem de subsídios de outras reminiscências cedidas pelo meio em que vivemos, até porque grande parte dos fatos e eventos que sucederam são conhecidos pelos meios de comunicação, por informações, por testemunhos de outras pessoas, pois ocorreram em um passado anterior a nós mesmos, então a literatura ao tratar de certos eventos históricos ou sociais o faz através de lembranças pessoais, muitas não presenciadas, e da memória coletiva que, conforme Halbwachs (2003), recupera o pretérito. A importância dessa recuperação do que ficou para trás é porque a memória coletiva pode ser vista como um instrumento de poder, de dominação. Nesta reordenação, é que desponta a literatura como método de resistência com orientação para outros rumos e contextos sociais. A memória coletiva sempre estimulada é uma forma de poder, de dominação cultural e, sendo assim, de resistência. O conhecimento dos fatos e a memorização possibilitam a elaboração

de uma retórica forte para evitar a manipulação, a dissimulação e as tentativas de indução a equívocos por falsidades.

Outrossim, Sarlo expõe didaticamente sobre a pós-memória, isto é, esta tem a memória como ponto de convergência, contudo configurar-se-ia na recomposição da memória dos indivíduos que vivenciaram episódios recentes ou não; são registros que não são oriundos das experiências de quem exercita essa memória, porém de ouvir relatos das gentes, das massas, dos grupos, que viveram essas mesmas experiências. Assim sendo, pode-se mencionar que a literatura é muito constituída dessa pós-memória, então cabe consignar o quão indispensável esta é para os textos literários que têm a característica primordial da resistência ou que assim querem ser definidos.

Com os romances que versam sobre a ditadura brasileira, sobretudo os períodos mais dramáticos e contundentes lembrados pelas personagens aliados à teoria de Maurice Halbwachs (2003) sobre memória individual e coletiva, é possível inteirar o leitor que existem memórias amparando a resistência a essa política deliberada para o esquecimento dos anos ditatoriais brasileiros. Tal política de esquecimento já iniciou na época da ditadura no Brasil e teve continuidade na redemocratização, inclusive a própria Lei da Anistia, de 1979, em seu texto apoia esse “esquecimento” com o apagamento da responsabilização dos opressores pelos crimes contra a vida humana. Além de sofrerem danos pessoais permanentes, a tolerância com os crimes praticados em nome do Estado, deixam as vítimas mais indignadas, mais ressentidas. Por isso, a literatura que rememora a ditadura brasileira firmada na discussão sobre as memórias individual, coletiva e histórica, aparece como forma de resistência, pois de certa maneira favorece a luta política e a participação popular contra a impunidade e a reincidência de tais fatos. Tal literatura não ameniza a dor, porém colabora para que não haja repetição dos atos lesivos. Os depoimentos de personagens fictícias ou não (vítimas) da opressão são inspiradores para a memória coletiva como tentativa de resguardar os acontecimentos de enunciados falaciosos sobre a ditadura. A memória e a literatura de resistência têm o poder de desfazer as versões oficiais do não reconhecimento da repressão pelos militares e, ainda, dar voz àqueles que não sobreviveram, aos que desapareceram no turbilhão tirânico provocado pelos agentes de um regime político autoritário. Ainda hoje, no século XXI, tais questões são tratadas de maneira genérica e inconclusivas pelos órgãos oficiais e a literatura pode ser uma alternativa para a

ausência de respostas; ela instiga a curiosidade do povo sobre o porquê de tantas lacunas e aguça a memória de muitos com a reinterpretação do tempo pretérito, mas ainda vivo. Tempo este de silenciamento, mas a representatividade vista na arte fez ressoar uma nação calada pela força. Logo, serve como tentativa de resgate da memória das vítimas do estado truculento com uma escrita qualificada que fomenta os sentimentos de compaixão e de empatia, que comove e que consegue transmitir as ações desprezíveis e ignóbeis dizendo o que a história oficial não diz. Acaba com sofismas relacionados à ditadura.

A leniência não merece prosperar. A intolerância com o período ditatorial não ameaça a paz, traz à tona arguições contra lesões aos direitos humanos quando debate a dor do próximo, do nosso irmão, do nosso amigo, ou de apenas seres inocentes que não aceitaram passivamente o Estado ditatorial. Essa falta de complacência pode ser feita em qualquer lugar que queira mostrar e divulgar o que realmente ocorreu e, um local que permite essa abertura, é a literatura.

Para esta pesquisa foi conveniente buscar a reinterpretação do passado utilizando a teoria de Halbwachs (2003) sobre a formação da memória coletiva e histórica cotejada com as análises sobre os mecanismos de manipulação da memória coletiva, sustentados por Le Goff (2008), com apoio das obras *Tropical Sol da Liberdade*(2012)e *Sob Meus Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018), com a finalidade de destacar que há muita manipulação dos fatos do passado autoritário da história brasileira. A literatura que indaga a veracidade, que questiona, que assevera a truculência, mesmo baseada na verossimilhança, é uma forma de resistência, pois é inspirada em fatos reais.

2.3 Memória, Literatura e Ressentimento

Inicialmente, como já destacado alhures, reafirma-se que os autores de livros do gênero romance não possuem o comprometimento com o real, com a busca da verdade, do que realmente aconteceu, no entanto, quaisquer textos da literatura, de cunho histórico especialmente, necessitam de descrições verossímeis e coesão, além de passar indícios de verdade. É concebível não conversar sobre o passado, porém não podemos apagá-lo e, de alguma maneira, ele chega ao presente, ou seja, vem à tona em alguma circunstância. O passado permanece na memória e

integra o nosso presente, faz parte de nós mesmos, inobstante quase não o extravasamos. O ressentimento permanece nos sujeitos vítimas da violência da ditadura. Sendo assim, o texto literário pode ser considerado um manancial histórico de representação e de ressignificação de determinada época e talvez aqui resida a importância de usar o mote da ditadura brasileira nos romances até porque, quando se discorre sobre um fato histórico, é imprescindível uma pesquisa prévia de tais fatos, não para ser igual, mas para servir de inspiração e lembrar o que sucedeu em outros tempos, pois, demonstrando as experiências tristes já vivenciadas, evitamos as políticas de esquecimento.

Dessa maneira, percebe-se que a memória individual é provida pela memória coletiva, e que em todos os gêneros literários a memória se faz presente intrinsecamente; há uma forte relação entre recordar e narrar, por isso se reputa a necessidade da literatura tratar especificamente do regime ditatorial brasileiro com o fim de impedir o esquecimento das transgressões e violações, de mostrar que a repressão existiu, foi maléfica e ocasionou danos que não podem se repetir. Deixou cicatrizes e ressentimentos. De tal forma, no livro *“A literatura como arquivo da ditadura brasileira”* (2017), a professora Eurídice Figueiredo, mostra a relevância da literatura para refletir sobre o passado, no caso peculiar, o período ditatorial, não permitindo o esquecimento da repressão:

Escrever hoje sobre os romances e relatos (auto) biográficos que tratam da ditadura é forçosamente rever e repensar o passado. Para aqueles que, como ieu, têm mais de 60 anos, refletir sobre a ditadura é também fazer uma anamnese de nossas próprias vidas, cuja juventude transcorreu sob o tãção dos generais. Como afirma a escritora franco-canadense Régine Robin, o passado não é simplesmente uma memória constituída oficialmente pelas classes dominantes, manipulada por elas a fim de camuflar os malfeitos e embelezar as conquistas; **o passado “é também uma força que nos habita e estrutura involuntariamente, inconscientemente, o tecido com o qual nós somos feitos”** (ROBIN, 2003, P. 219. **O passado está aberto para novas interpretações, donde a importância da literatura para reelaborar os traumas causados pela ditadura.** A ensaísta chilena Nelly Richard considera que a **“memória é um processo aberto de reinterpretação do passado”**; remexendo as significações, ela desmonta “o fecho explicativo das totalidades demasiado seguras de si mesmas” (RICHARD, 1999, p. 322). **Praticar a memória implica em usar um instrumental teórico para “investigar a densidade simbólica dos relatos”** (RICHARD, 1999, p. 323) e, dessa maneira, **romper com as explicações totalizantes e apaziguadoras que ofendem as lembranças das vítimas e de suas famílias”**. (FIGUEIREDO, 2017, p.41) (grifos nossos)

Logo, a memória auxilia no sentido de reinterpretar o passado porque não existe uma memória desacompanhada de outras memórias, há uma sucessão de fatos, de cenas e de ambientes, perceptíveis consciente ou inconscientemente que originam desassossego, para dizer o mínimo. A memória é essencial no trato da literatura com a verossimilhança. Trabalhá-la e reconstruí-la incessantemente pela visão das vítimas e de terceiros, pela literatura ou não, é terapêutico. Outrossim, a memória e a literatura são capazes de tornar real o que é ficção e ficção o que é por demais real, nos dão a verdadeira percepção daquilo que não tem mais reparação e que não dá para tentar justificar.

No prefácio da obra *A Memória Coletiva* (2003), de Maurice Halbwachs, são encontradas informações importantes sobre a memória individual:

É claro, a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedade múltiplas em que estamos envolvidos. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, é da combinação desses diversos elementos que pode emergir aquela forma que chamamos lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. (HALBWACHS, 2003, p.12)

Ainda Maurice Halbwachs (2003):

[...] Enquanto uma memória subsiste, é inútil fixá-la por escrito [...]. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado [...]. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu o relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa [...]. (HALBWACHS, 2003, p. 80).

Com a literatura estimulando a memória individual sobre a ditadura brasileira, existe a tentativa de compreenderem-se as situações historicamente distantes no tempo e no espaço para que o indivíduo seja levado a se posicionar dentro de determinado contexto social tendo como consequência um arranjo de memórias diversas, referências diferentes, que podem ser agrupadas por fim em uma memória coletiva. Tal fato minimiza a influência da valoração individual e enfatiza o pensamento coletivo, que, mesmo diverso, deve ser considerado como vazão racional de muitos, memórias várias de um mesmo evento ou período histórico

porque não há como eliminar o passado, ele não é fechado e pode ser reinterpretado e, até mesmo, porque as memórias individuais não permitem, e é como afirma Beatriz Sarlo em *“Tempo Passado Cultura da Memória e Guinada Subjetiva”* (2007):

É possível não falar do passado. Uma família, um Estado, um governo pode sustentar a proibição; mas só de modo aproximativo ou figurado ele é eliminado, a não ser que se eliminem todos os sujeitos que o carregam (seria esse o final enlouquecido que nem sequer a matança nazista dos judeus conseguiu ter). Em condições subjetivas e políticas “normais”, o passado sempre chega ao presente. (SARLO, 2007, p.10)

Não falar do passado não o elimina, pelo contrário, ele fica vivo nos pensamentos remoídos e não extravasados, na dor e no ressentimento. Portanto, Sarlo (2007), ao se referir ao tema da memória em relação ao passado das últimas décadas na Argentina ditatorial, assim discorre:

É evidente que o campo da memória é um campo de conflitos entre os que mantêm a lembrança dos crimes de Estado e os que propõem passar a outra etapa, encerrando o caso mais monstruoso de nossa história. Mas também é um campo de conflitos para os que afirmam ser o terrorismo de Estado um capítulo que deve permanecer juridicamente aberto, e que o que aconteceu durante a ditadura militar deve ser ensinado, divulgado, discutido, a começar pela escola. É um campo de conflitos também para os que sustentam que o “nunca mais” não é uma conclusão que deixa para trás o passado, mas uma decisão de evitar, relembrando-as, as repetições. (SARLO, 2007, p.20)

Então, a memória vista como um campo de conflitos, como um fardo pesado que carregamos ao longo da vida, deve ser reconhecida e tratada como uma terapia coletiva. Seria terapêutico para as vítimas, para os familiares, para aqueles que assistiram (aos fatos dolorosos) e não tiveram como ajudar, para toda uma geração ressentida. Tratar deste tema mantém viva essa memória nas gerações posteriores que, em grande parte, somente possui as informações oficiais, maquiadas, dos governos da época. Os atos de memória, mesmo que fragmentados, dolorosos, como se veem nos romances devem ser trazidos à tona para debate, para entendimento, devem ser remexidos para que não caiam no esquecimento. Quando se faz esse movimento para o interior do ser humano vítima da barbárie, aparecem sentimentos e cicatrizes nunca revelados porque verbalizar o que está nessas memórias é tão sofrido quanto as próprias lembranças. Os relatos feitos por meio

desses atos de memória são terríveis, no entanto não podem ser evitados porque é a força dessa narrativa que impede a perda da memória.

Percebe-se que, com o passar dos anos, é ainda mais relevante o exercício da memória para reavivar passagens, períodos traumáticos ou não, pois como campo de conflitos que é, a memória precisa ser trabalhada, reconstruída. Ambos os romances, tanto de Machado (2012) quanto de Tiburi (2018), primam pelo tema da memória relacionada à ditadura e expõem de maneira brilhante algumas questões que não foram aprofundadas de modo apropriado efazem-nos pensar na ausência desse diálogo sobre a memória de questões que dizem respeito a todos, não somente aos que foram vítimas da violência estatal. Como diz Halbwachs (2003):

Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível.

Aliás, eles não seriam suficientes. Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. (HALBWACHS, 2003, p.31)

Assim, percebe-se dois sentidos na conceituação de testemunha, vez que esta não seria somente a pessoa que vê com os próprios olhos, mas também aquela que ouve a narrativa abominável do outro e aceita que suas palavras variem a história do outro. Além de Halbwachs, Jeanne Gagnebin também pensa dessa forma, pois ela recupera os dois sentidos mostrados na definição de testemunha na sua obra (citada por Maria Rita Kehl em *Ressentimento* (2020, p. 4008). Logo, nota-se que são prementes novas formas de representação buscando repensar períodos como a ditadura, sobretudo pelas novas gerações, e, desta forma, a arte serve como meio importante para representatividade dessas vozes silenciadas nos porões da ditadura. Cabe ressaltar que não se fala aqui de uma literatura de testemunho e sim de registro ainda que por meio de romances que retratam situações assemelhadas, verossímeis, ou baseadas em uma realidade sócio-histórica que deve ser narrada. Qual a finalidade? A tomada de uma consciência histórica; conscientizar para não esquecer a dor, para reelaborá-la.

Estes registros literários decerto intervêm para disfarçar o esquecimento e trabalhar a questão do trauma. Seligmann-Silva (2008, p. 65) ressalta que, em contextos de catástrofes e traumas, “a memória do trauma é sempre uma busca de

compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade”. Diante disso, vê-se que para narrar o trauma individualmente são utilizadas memórias particulares e, ao mesmo tempo, o que se formou com a memória coletiva. Há uma junção da memória individual com a memória coletiva em tais narrativas, portanto. A memória coletiva é aquela construída pela sociedade que se soma às memórias individuais. As obras literárias de Machado (2012) e Tiburi (2018) são exemplos de narrativas que entram em esferas muito específicas das sensações causadas pela dor, pelo trauma da tortura e do exílio. São histórias não representadas nos discursos oficiais, concebidas por memórias individuais construídas ao longo dos anos por comunidades de exilados, compostas por temas que os discursos oficiais não se detiveram, deixaram passar em branco. Então os registros por qualquer meio, artístico ou não, ou apenas a título de informação, que procuram decifrar as consequências do período ditatorial, devem ser valorizados e propagados para que a memória coletiva histórica seja reconstruída e perenemente lembrada.

Não obstante, tratarmos de uma literatura que se baseia em fatos reais, não é uma literatura de testemunho, pois compreendemos os motes desenvolvidos nas obras literárias como forma de elaboração da memória e para que esta permaneça viva, sendo reconstruída, principalmente porque não há apenas uma maneira de ver as coisas.

Com a arte, é possível zelar para que o legado histórico persista pela sua análise constante, levando a novas reflexões sobre episódios que marcaram a trajetória de pessoas, comunidades, e das políticas públicas sociais a partir daí aplicadas no país.

Convém destacar que aqui também não estamos usando as obras de Machado (1988) e Tiburi (2018) como exemplos de textos de autoria feminina, sob uma ótica de gênero feminino. Suas obras são usadas considerando que são escritas por pessoas, seres humanos, jamais foi pensada uma leitura das obras referidas sob uma percepção feminina ou feminista. Isto nunca pesou na escolha de tais obras, somente que o texto envolvia a ditadura. Coincidiu que foram elaboradas por escritoras. É importante mencionar tal fato para que esta pesquisa não tenha amparo desse tipo de bengala, pois não envereda por tal caminho, assim como não tratamos de literatura de testemunho como já afirmado alhures. Para ratificar esta opção ponderamos que memória, dor, trauma, não dependem de gênero.

Enfatiza-se que as narrativas de ambos os romances nos dão uma nova abordagem da ditadura causadas por outras narrativas oblíquas sobre o que realmente ocorreu. Podem ser considerados como contestação à história oficial, ao silenciamento e à tentativa de apagamento de fatos. O gênero romance possibilita uma reflexão diferente da história oficial e oferece uma perspectiva mais realista, apesar de ser ficção. A questão de os romances serem ficção é supérflua porque verifica-se pela arte da escrita a ressignificação de eventos traumáticos baseados em incidentes semelhantes à realidade sustentada pela memória individual e coletiva. Neste sentido, muitas vezes, lemos a história oficial como obras de ficção, visto que omitem fatos verídicos ou os distorcem.

Logo, acentua-se que a memória não pode ser vista como um arquivo que acumula informações capazes de reinventar o passado, alterá-lo, e sim como um referencial que norteia ou classifica os sentidos dessas informações guardadas na memória, isto é, que ajudam a questionar o verdadeiro significado de determinada lembrança, a enxergar o que foi dissimulado por outras vozes dissonantes. Na literatura, as memórias da ditadura, da tortura, do exílio, são analisadas sob novas perspectivas, uma vez que as narrativas se preocupam em elaborar histórias protagonizadas por vítimas da perseguição estatal. Nota-se uma abordagem literária que diverge dos discursos oficiais, que inculca descrença no leitor nas informações divulgadas pelos órgãos públicos.

A memória da ditadura é uma memória de sombras, de memórias nebulosas, cujas tentativas de esclarecimento da verdade têm se alargado com o passar dos anos. Tanto no romance de Machado (1988) quanto no de Tiburi (2018), a memória exerce um papel fundamental em suas elaborações ou reelaborações da ditadura, é quase um personagem de ambos, pois torna acessível o conhecimento de um passado que embaralha a vida pessoal com a coletiva. Há uma memória pessoal reunida com a memória coletiva, sendo esta marcada na e pela história. Sobre a atmosfera do autoritarismo, Ximena Barraza, em “Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária” (1980), escreve que:

[...] lembrar o passado é sempre também um modo de recorrer ao amanhã, de construir um projeto. A memória tende, quando não é um sonho onírico, à comunicação. É uma recriação coletiva; por meio do outro e com ele afirmamos o passado, já não como biografia pessoal, mas como história compartilhada.

Recusar o esquecimento é, além disso, assumir a dor. Fazer memória é a tentativa de compreender as feridas e explicar as cicatrizes: tomar consciência. A consciência histórica rompe com a atitude mimética, que se encerra sem conflitos sobre a realidade. (BARRAZA, 1980, p. 167)

Assim, recordar, contar, informar sobre esses incidentes traumáticos vividos tem importância maior quando narrados por quem os vivenciou por si mesmo ou por familiares, pois conhecem os sentimentos ocasionados pela dor da violência. Consoante Halbwachs (2003), o indivíduo que recorda faz parte da sociedade na qual possui um ou mais grupos de referência, logo a memória é sempre elaborada em grupo, sendo que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Assim, o trabalho do sujeito no processo de rememoração não pode ser rejeitado, visto que as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Como citado algures, Barraza (1980) ensina: memória é recriação coletiva, é história compartilhada. Logo, romper o silêncio é essencial para a reconstrução de fatos historicamente negligenciados, e mais essencial ainda, é o debate social que deve ocorrer sobre as verdades históricas dos acontecimentos traumáticos, visto que para o indivíduo assumir tal abertura isoladamente não é fácil porque escancara seus traumas, seus medos, sua vida pregressa, ou seja, há uma exposição física e emocional brutal. As recordações são resultado de um processo coletivo dentro de certo contexto social, de determinado grupo, como mostrado por Halbwachs (2003). Para ele, “confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2003, p. 31). Isto significa dizer que se um indivíduo tão somente vivenciou ou presenciou alguns episódios, reconhece-se que suas lembranças acerca desses acontecimentos continuam sendo coletivas, podendo ainda ser invocadas por sujeitos que não necessariamente vivenciaram ou presenciaram os mesmos fatos.

Por conseguinte, a literatura pode ser vista como um espaço coletivo, no qual os dramas pessoais oriundos da ditadura podem ser franqueados sem temor. As pessoas vulnerabilizadas pela ditadura não foram só silenciadas, foram emocionalmente aniquiladas, seus pensamentos foram derrotados, suas crenças

danificadas. Em síntese, tornaram-se vítimas e testemunhas de uma realidade política cruel e destrutiva. O trauma decorre da repressão, da tortura, do exílio compulsório, do afastamento do seu meio familiar e da sua comunidade, de tempos infelizes. A literatura, portanto, torna-se uma possibilidade para descrição das experiências individuais e coletivas referentes aos traumas decorrentes da ditadura; tratar tal assunto no meio literário contemporâneo permite que os acontecimentos não se tornem imemoriais ou antigos, pelo contrário, possibilita que permaneçam na memória coletiva como integrantes do tempo presente impedindo o fenecimento das lembranças de duros momentos, ou seja, a luta pela recordação é permanente e a literatura abraça esta luta recriando a memória, compartilhando histórias e desenvolvendo uma consciência histórica. Nota-se, desse modo, que a conjuntura de violência e autoritarismo do regime antidemocrático é mote relevante para as produções literárias no sentido de preservação da memória e da história, ou seja, é cabível afirmar que o gênero romance e a história se complementam existindo uma aproximação entre eles, mormente quando dizem respeito a fatos verídicos. A união da literatura com a história resulta em recriação de certos discursos e em conscientização do que é sofisma ou não.

Portanto, é de conhecimento geral que a memória tem funções psíquicas que nos oportunizam buscar as informações de tempos passados que trazem à lembrança circunstâncias ou fatos da nossa memória histórica ou coletiva que não ficaram claros ou não foram profundamente estudados, permitindo que, em novos momentos e em análises posteriores, sejam reestudados e reinterpretados, auxiliados pelo distanciamento espacial e temporal. A reconstrução ou reconstituição da memória coletiva é um trabalho permanente de análise, pois nossas memórias sempre têm lacunas, não são totalmente estáticas, podem ser movimentadas ao serem reexaminadas, e as reflexões daí provenientes fazem surgir um novo ângulo de visão, uma nova aparência, diferente daquela que havia sido vislumbrada em outro período histórico ou época da humanidade. Assim, busca-se a reinterpretação desse passado utilizando a teoria de Halbwachs (2003) sobre a formação da memória coletiva e histórica, junto com os romances *Tropical Sol da Liberdade* (1988) e *Sob Os Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018) com o fim de evidenciar que não é possível suprimir esse passado recente da história brasileira, sobretudo porque os atos de repressão atentatórios à vida humana fazem parte das nossas anamneses, porém não de maneira duradoura e arraigada, então necessitam ser examinados

periodicamente com mais minúcias para barrar o alheamento coletivo. Estas narrativas atualizam o passado através da criação estética existindo uma vinculação dos fatos históricos e dos dramas das protagonistas, reconstruindo as suas memórias individuais. Apesar de serem romances, não deixam de ter um certo engajamento porque abraçam as vítimas da repressão, da tortura, da violência, as dificuldades dos exilados e mostram como a ditadura pode ser cruel e desumana. Predomina uma relação entre texto e contexto. O aspecto da memória individual não é isolado, pois está contido em uma memória coletiva e, por isso, o tema da ditadura é trazido à tona porque feriu boa parte de um grupo, de uma nação, ou seja, muitos leitores veem suas próprias histórias aí retratadas criticamente como uma fonte importante de informações que previnem o apagamento de tais fatos da história nacional. Portanto, nota-se o intuito de preservar a memória coletiva em relação ao regime ditatorial e evitar o esquecimento. A Dra. Maria Rita Kehl, doutora em Psicanálise, em seu livro *Ressentimento* (2020), assim aborda o ressentimento como subproduto da memória baseada em Nietzsche:

Há casos em que lembrar é tão ou mais importante que esquecer: casos em que o esquecimento não se dá à custa da superação de um agravo, mas do recalque de suas marcas mnêmicas. Ora, o que se obtém a partir do recalque não é esquecimento, é repetição. O recalcado é o passado que nunca se apaga e retorna nas formações de linguagem, nos lapsos, nas fantasmagorias, no sintoma. Como o inconsciente é atemporal, o recalcado permanece vivo, preservado na forma de representações psíquicas relacionadas indiretamente ao vivido por meio de cadeias associativas. Isso vale tanto para os indivíduos, tomados um a um, quanto para o que se mantém calado, inconsciente, na vida das sociedades e das nações.

Há eventos que não se consegue esquecer; outros não devem ser esquecidos. O problema é: que destino dar à memória? A memória do sofrimento e da injustiça alimenta o ressentimento quando sua evocação serve para manter as antigas vítimas na mesma posição que ocuparam no passado, colhendo os ganhos secundários da autopiedade e da má consciência. Ao mesmo tempo, é importante preservar alguns agravos do esquecimento, tanto no sentido de buscar reparação quanto no de evitar sua repetição. Lembrar como se produziu uma ordem injusta é condição para transformá-la ou reparar socialmente o mal que ela causou.

Mas não se pode lembrar tudo, o tempo inteiro. O excesso de apego à memória do passado impede a ousadia criativa, que é sempre um salto no escuro. Impede a alegria inocente que nos permite, vez ou outra, olhar o mundo com novos olhos.

Em psicanálise, a pergunta sobre a memória refere-se, sobretudo, ao trauma: aquilo que não se consegue esquecer, mas que, ao mesmo tempo, é intolerável recordar. Ou impossível de transmitir; Jeanne Marie Gagnebin evoca o pesadelo recorrente entre os sobreviventes dos campos de concentração, narrado por Primo Levi em *É isto um homem?*. Ele volta para contar o horror que viveu, e todos lhe voltam as costas sem dar crédito ao que diz. Mas por que seria tão urgente se fazer ouvir? Para

explicar a importância do outro na reconstrução da memória, fundamental na superação do trauma, Gagnebin resgata os dois sentidos do conceito de testemunha. Testemunha, nesse caso, não seria somente aquele que viu com os próprios olhos (o horror) [...]. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e aceita que suas palavras revezem a história do outro. [...] **Somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não o repetir infinitamente, mas ousar esboçar uma outra história e inventar o presente.**

Existe, portanto, um trabalho da memória que é fundamental para a superação dos traumas individuais e coletivos. Trabalho implica transformação de uma coisa em outra; **trabalhar a memória é transformar seus resíduos, de modo que eles se incorporem aos termos da vida presente sem que precisem ser recalçados.** É o trabalho da memória que permite o verdadeiro esquecimento, o desligamento das cargas libidinais fixadas às representações da cena traumática.

O ponto fundamental no texto de Gagnebin é a impossibilidade desse trabalho ser feito apenas por aqueles que passaram pelo trauma; ele requer o testemunho de um terceiro, o endereçamento à escuta de alguém de “fora”. O terceiro institui o campo simbólico a partir do qual a narrativa pode se abrir para novas significações, **rompendo o aprisionamento repetitivo da cena traumática.** A resolução do pesadelo de Primo Levi e de tantos outros egressos dos lager foi a escrita de incontáveis relatos que tornaram pública a experiência aparentemente intransmissível do horror. (KEHL, 2020, p. 4008) (grifos nossos).

Segundo a mesma autora, convém salientar que o ressentimento não é um conceito da Psicanálise e somente o filósofo Nietzsche teria se dedicado a tratar desta conceituação. Como visto, a autora defende que o ressentimento é o passado que nunca se apaga e que a memória do sofrimento fomenta o ressentimento, sendo importante lembrar como a ordem injusta criada como condição para consertar socialmente o mal que ela causou, e que somente a reflexão sobre o passado nos auxilia a não repeti-lo. Tais aspectos são relevantes para inviabilizar que o trauma histórico da ditadura semeie mais rancor e isso somente será possível por meio de um trabalho coletivo de ressignificação da memória e do trauma.

A memória e a literatura andam muito juntas nos mais diversos contextos e em todos os gêneros literários. As anamneses ficam inseridas no ser humano e este pode se ver como pessoa formada com o que viveu no tempo pretérito e, por vezes, tem a necessidade de contar estas vivências e o porquê de ter esta ou aquela feição. Seu pensamento, sua personalidade, seu caráter, podem derivar das lembranças e das experiências vividas.

Giacioia Júnior, no livro *Nietzsche O Humano como Memória e Como Promessa* (2013), menciona como uma das condições de criação da memória:

Para que algo permaneça na memória, grava-se-o a fogo; somente o que não cessa de *causar dor* permanece na memória – este é um axioma da mais antiga Psicologia que existiu sobre a terra (por desgraça, também, da mais prolongada). (GIACOLA, 2013, p.21) (grifo do autor)

Assim, as lembranças da ditadura, a memória individual e a coletiva referentes a este período, estão muito relacionadas ao trauma, à dor e ao exílio, como afastamento compulsório e não querido.

3. Memória e Trauma

A literatura tem estreita relação com a memória e a história, pois tem o condão de refletir sobre a realidade de determinada época e espaço. Porém, merece ser destacado o aparecimento implícito do trauma em tal vínculo, citado superficialmente, sem análises mais elaboradas sobre sua conceituação, inobstante a compreensão que devemos ter de como a ficção constrói a representação do passado traumático. Então, as narrativas escritas ou orais são maneiras de elaboração do trauma.

A questão do trauma é bastante complexa para ser debatida porque cada pessoa reage de uma forma peculiar aos episódios que marcam suas experiências pessoais, logo o trauma, a marca da dor, persiste por longo período, tendo o sujeito sofrido violência ou não, e isso influencia na vida para sempre como bem mostram *Tropical Sol da Liberdade* (2012) e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018), duas tramas que envolvem esses temas de maneira bastante inteligente. O talento das

autoras permite aos leitores sentirem os dramas dos personagens como se estivéssemos na época em que se passaram os fatos históricos.

Em *Ressentimento* (2020), a Dra. Maria Rita Kehl ensina:

À medida que se transforma a memória traumática em narrativa, ou em história, tornamo-nos, paradoxalmente, menos sensíveis ao que um dia foi sofrimento quase insuportável. Talvez essa dessensibilização seja a única forma de impedir o recalque, a fuga psíquica diante das representações associadas à experiência da dor. Mas **as narrativas da memória, com sua riqueza imaginária e seu poder de estabilizar o trauma em uma rede de representações, não são garantias contra o ressentimento** – podem ser, também, veículos do gozo ressentido. As narrativas que recuperam grandes passagens traumáticas da vida de um grupo ou de uma nação podem assumir, ao longo das sucessivas modificações provocadas pela transmissão, um caráter fabuloso, delirante – por exemplo, ao simplificar a complexidade de um cataclismo social em termos de um confronto entre os bons e os malvados, ou entre algozes cruéis e vítimas inocentes. **Uma reconstituição narrativa transformada em fabulação maniqueísta pode servir para alimentar o ressentimento da parte derrotada ou vitimada pela violência da outra.**

Para não alimentar o ressentimento, o trabalho da memória deve ser capaz de escrever a história no sentido que lhe confere Michel Foucault: a história como lugar de apagamento da memória, capaz de evocar a memória/reconhecimento em detrimento da memória involuntária. (KEHL, 2020, p. 4144) (grifos nossos).

Na exposição acima a respeito de Kehl(2020), percebe-se que o passado deve ser incluído no presente como uma forma de libertação dos indivíduos dessa memória traumática, involuntária e repetitiva, para que eles possam desfrutar a vida em paz, com metas e realização de um futuro benéfico para si mesmo e para os seus. Enfim, a carga mais pesada que carregamos são nossos pensamentos e eles são capazes de delimitar nosso percurso.

É conveniente dizer que o trauma está muito ligado ao ressentimento, além da memória, como já afirmado alhures. O trauma acompanha o sujeito aonde quer que ele vá, pois este não consegue ter domínio sobre a memória e é impossível esquecer fatos dolorosos. As experiências emocionais desagradáveis oriundas da ditadura brasileira são evidentes nas muitas famílias que perderam seus entes, os chamados desaparecidos políticos, também aqueles que tiveram a liberdade cerceada por divergências com o governo militar, perseguidos, presos e exilados. A origem dessa dor pode ter vários episódios diferentes, mas um tempo único e sem igual no Brasil: a ditadura. Este foi um período bastante desgastante, especialmente porque as emoções tinham que estar resguardadas, o sofrimento por um parente podia ser explicitado de maneira relativa porque o regime não permitia e o auxílio a

um investigado por se opor e lutar contra os desmandos era uma porta aberta para a perseguição. A procura por familiares era em vão pela falta de informações ou pela distorção delas. São recordações de tempos duros, difíceis de encarar e esquecer para os sobreviventes/resistentes e, em tais recordações, estão presentes as adversidades e as infelicidades dessas pessoas. A comiseração não basta para aplacar a dor e não permitir o esquecimento. É preciso uma literatura de engajamento, de denúncia, para preservar fatos históricos lamentáveis e de difícil aceitação. Talvez relatando certos incidentes, as autoridades punam os responsáveis, violadores dos direitos humanos, busquem aqueles que perseguiram, torturaram e mataram em nome de um governo ilegítimo. Não vai extinguir, porém é capaz de minimizar as reminiscências mais lastimáveis

O trauma está presente na vida dos brasileiros sobreviventes das diversas formas de violência que o regime militar nos apresentou e está vivo na literatura sobre o período, haja vista que não existe a possibilidade de tratar da temática da ditadura sem envolver a dor e o trauma. No entanto, com as audiências públicas e com os relatórios das comissões da verdade, levantar a discussão sobre o trauma da ditadura deixou de ser assunto apenas dos sobreviventes e dos familiares para ser tratado na literatura, nos filmes, no teatro. Esse acontecimento histórico passou a ser um produto cultural relevante para impedir o esquecimento e manter vivo esse tempona memória de outras pessoas, isto é, deixa de ser um período espargido apenas nos livros didáticos para perdurar na memória coletiva por meio de produções artísticas que refletem sobre a sociedade brasileira das décadas de 60, 70 e 80. Ciente dessa necessidade, autores passaram a tematizar a ditadura, a memória, o trauma, representando uma oportunidade de combate ao negacionismo, à elaboração do luto e talvez como uma tentativa de reparação simbólica. Além desses temas, a impunidade pelos atos violentos inicialmente fixada pela lei da anistia, e posteriormente pelos governos que se sucederam, pode ser mostrada pela literatura como forma de resistência e como manutenção da memória dos atos repressivos. Seligmann-Silva (2018, p.77) afirma que “a literatura no século XX foi em grande parte uma literatura marcada pelo seu presente traumático”. A literatura do trauma é muito consolidada na Europa, especialmente sobre a shoah, e é sobre este tema que Seligmann – Silva(2018) prioriza seus estudos, porém usa a literatura de testemunho para debater o assunto. *Tropical Sol da Liberdade* (1988)e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018) são escritos de ficção, não é literatura testemunhal,

entretanto, no Brasil, há anos que a crítica literária e as análises do tema trauma andam juntos. Há várias possibilidades de articulação entre a experiência traumática e a literatura, como já mostrado.

Portanto, a literatura como trabalho de reelaboração do trauma ainda persiste:

Aqueles que tentam hoje escrever sobre o passado da ditadura se apoiam, de um lado, nas lembranças pessoais e familiares, de outro lado, em informações levantadas e já compiladas nos diferentes arquivos. Muitos familiares de desaparecidos e mortos fizeram suas buscas, contribuindo para esclarecer os fatos e desmontar as farsas. O trabalho de escavação não terminou e a quantidade de livros publicados, sobretudo desde 2010, comprova que o trabalho de elaboração do trauma da ditadura continua. (FIGUEIREDO, 2017, p. 30)

O trauma é uma forma de ressentimento e de mágoa que dilacera. Logo, para superação do trauma da ditadura só superando o passado e o ressentimento e, para isso, só quando a sociedade brasileira encarar o nefasto período da ditadura, além da conversação pusilânime, além da leniência, do esquecimento, e começar a pensar na reelaboração do passado abertamente, sem hipocrisia e combatendo sofistas. O traumatizado quer se livrar do fardo pesado, do rancor, porém não é tarefa fácil, mormente quando não tem apoio para isso. Não é uma questão de vingança, é um simples ajuste de contas transparente para acalmar essa dor internalizada a qual não se esvai com o passar do tempo, pelo contrário, a falta de diálogo sobre a ditadura e todos os aspectos que a envolvem não minimizam o trauma. Conforme Kehl (2021):

Não passamos nada a limpo, não elaboramos nossos traumas nem valorizamos nossas conquistas. Por isso mesmo nós, brasileiros, não nos reconhecemos no discurso que produzimos, e sim naquele que o estrangeiro produz sobre nós. Por essa mesma razão, estamos sempre em dívida para com uma identidade perdida. (KEHL, 2021, p. 4205)

Na relação trauma e memória, Seligmann – Silva diz em *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*, “Mais especificamente, o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa” (SELIGMANN - SILVA, 2008, p.69). Segundo Maria Rita Kell, trauma é “aquilo que não se consegue esquecer, mas que, ao mesmo tempo, é intolerável recordar” (KEHL, 2011, p.310). No entanto, no nosso país, vigora uma rejeição à memória e aos projetos de reparação de injustiças, o que leva ao apagamento

açodado das recordações das vilanias provocadas, talvez com receio de parecer ressentidos. A memória não deve ser rejeitada, pelo contrário, deve ser reelaborada para que se efetive uma memória nacional constituída por várias memórias individuais, e para que a história permaneça sem sofismas, sustentada pelo dito e pelo não-dito que eclode forçosamente pela literatura.

3.1 Memória em *Tropical Sol da Liberdade*

A publicação do romance *Tropical Sol da Liberdade* foi feita em um ano (1988) bastante emblemático politicamente, pois em outubro desse ano foi promulgada uma nova Constituição Federal. A autora, por meio de um romance baseado em fatos reais, traz a público as aflições e os traumas de muitos brasileiros procedentes da longa vivência no regime de autoritarismo e opressão. Narra (lembra) em terceira pessoa o movimento estudantil, nos anos de 1967 e 1968, na capital carioca, e usa fatos históricos como a morte do estudante Édson Luís, a passeata dos cem mil e o sequestro do embaixador americano para contar a história de Helena Maria. Em síntese, inicia com a protagonista na casa materna para se recuperar de uma doença e de um dedo quebrado depois de uma queda por causa de uma vertigem ou desequilíbrio por estar com problemas na coordenação motora. A protagonista está ruim, mal psicológica e fisicamente, muito machucada pela vida; sente-se perdida. Nessa casa, ela vive suas reminiscências da infância, da juventude e do exílio, do trabalho como jornalista, suas atitudes e escolhas enquanto cidadã brasileira que não aceita a violação de direitos pela ditadura militar, os problemas familiares, suas dores, sua resistência implícita em aceitar certos fatos. A dificuldade no tratamento da moléstia aparece como representativa dos sofrimentos experimentados na vida pela personagem e como exposição das dores mais íntimas, traumas, evidenciadas através da dor física, da enfermidade. São muitas aquiescências externas e avaliações distorcidas de si mesma e Lena tenta refletir sobre vários episódios para justificar o que tem feito. A memória é bastante representativa nesta obra.

A protagonista Lena aparece como coadjuvante na luta contra as imposições governamentais; são citados esporadicamente fatos históricos da ditadura na obra, mas não se pode considerar como romance histórico porque a protagonista

narradora descreve o que vivenciou, seus dramas pessoais. O enredo de *Tropical Sol da Liberdade* (1988) nos dá conta dos traumas, memórias de momentos relevantes de Lena, que, em sua vida são potencializados pela doença que a impede de equilibrar-se, de escrever a peça teatral que se propõe sobre o que ocorreu no exílio, de um amor em crise com Alonso, namorado que se apaixona por outra, mas que ela resiste em desistir, e tentativa de superação de tantos obstáculos. Ela tenta lembrar vários momentos da infância e da fase adulta como originários da sua configuração como mulher, como pessoa e cidadã, influenciadores na sua vida atual e nos seus sentimentos. A Lena não sofreu torturas, nem perdeu familiares próximos, apenas teve proximidade com os acontecimentos. Nas lembranças, ainda é casada com Arnaldo, mas não fala da separação, quando foi e o porquê, somente que engravidou no exílio e perdeu o bebê, e que, na atualidade, tem um namorado de nome Alonso. A perda do bebê é bastante mencionada como uma experiência emocional pungente, no entanto ainda sonha em ser mãe, contudo no presente vê esse anseio como pouco provável de se concretizar. O trauma da protagonista está evidente quando aparece a doença física e o emocional abalado se manifesta na melancolia que carrega e na dificuldade de elaborar a escrita com o tema da ditadura e do exílio e trabalhar com suas memórias.

No romance de Machado (2012), as protagonistas Lena e Amália reelaboram a memória e falam de acontecimentos dolorosos ocorridos na ditadura. A personagem Lena usa das lembranças para se reportar ao período ditatorial:

Ainda por cima, isso acontecia bem na hora em que ia chegando à conclusão de que ia mesmo fazer o seu trabalho, juntar as entrevistas, analisar as cartas e depoimentos, misturar os fatos dos recortes da imprensa com as lembranças doídas da memória, tentar ordenar os fragmentos, arrumar numa peça, expor o drama, contar no palco a tal trajetória de uma mulher na periferia dos acontecimentos... (MACHADO, 2012, p.46)

...

Isso tinha sido em março, lembrava Lena. Começo do ano letivo. Uma manifestação qualquer, comum, corriqueira, de estudantes contra um aumento de preço da refeição. A polícia chegou atirando e matou um garoto, depois quis carregar o corpo para longe, sumir com ele. Os estudantes não deixaram. (MACHADO, 2012, p.71)

...

Não, não era assim o sangue da memória, essa corrente circulatória da lembrança, irrigando em veios capilares cada pedacinho da vida, chegando a toda parte, alimentando cada célula, renovando cada tecido. Era mais como uma irrigação permanente, embebendo, umedecendo o cotidiano, impregnando de sua seiva cada ato de um tempo posterior. (MACHADO, 2012, p. 118)

...

Agora, por exemplo, deitada no escuro, fingindo que queria dormir, fingindo, mais ainda, que não conseguia porque havia uns barulhos lá fora, Lena não podia mais fazer de conta que não ouvia os barulhos lá de dentro. E não eram só as lembranças das passeatas e dos dias jovens da ditadura, evocados pela conversa com a mãe. Essas eram as lembranças que ela catava e espalhava por cima do terreno, para disfarçar a areia ardente em que não queria pisar. (MACHADO, 2012, p.120)

...

Tinha sido muito difícil conviver durante tantos anos com as notas de proibição da censura policial que vinham, quase todo dia, cortar a palavra e o sentido da própria razão de ser do jornalista. Lena lembrava desses anos, com um aperto no peito. (MACHADO, 2012, p.159)

...

Voltava a lembrar das conversas com Maria e Antônio na Itália, da saudade que sentia no exílio, do desenraizamento que vira, lera e ouvira nos depoimentos que recolhera naquela viagem e que reconhecia do seu tempo de desterro. (MACHADO, 2012, p.176)

...

A cabeça pesava. Parecia que estava pegando uma gripe. Ou que tinha levado uma surra.

Não deixava de ser uma surra, pensou. Moída de pancada pela memória. Mas se recusava a já começar o dia pensando nisso. (MACHADO, 2012, p.247)

...

Lembrança não tem jeito. Teoricamente, a gente pode dar corte, interromper, desviar. Só que, na prática, não se manda na memória, ela é que manda na gente. Insiste em vir como quer e quando quer. Ou some e se esconde, por mais que se puxe. (MACHADO, 2012, p.273)

Nesta obra, a Lena usa a memória para “expor o drama, contar no palco a tal trajetória de uma mulher na periferia dos acontecimentos”, ou seja, quer sintetizar no teatro a memória de sentimentos que não podem ser reduzidos a poucos atos, pois os acontecimentos foram todos fortes e relevantes, e, no trauma que traz, todos são emblemáticos, cicatrizados de tal forma que não consegue fazer distinção do que vai colocar no seu texto, situação a qual impede que a escrita possa fluir porque não consegue segregar em partes as dores que estão internalizadas e que não se desfizeram com o passar dos anos. A memória e o trauma abarcam muito mais do que uma peça teatral pode mostrar em poucos atos.

Uma realidade mental recheada de eventos traumáticos que a impossibilita de, por exemplo, esquecer a morte de um estudante pela polícia nos anos de chumbo, uma memória que não se apaga pela visão da truculência, que brota involuntariamente e destrói a saúde mental e física dessa mulher marcada pela perseguição a familiares e a amigos, que foi para o exílio com o marido pelo medo incontrolável que tomou conta dela, após ver e viver algumas situações que a afligiram. Nota-se que, mesmo após terminar a ditadura, os tormentos guardados se manifestam física e emocionalmente como resultantes do trauma e do

ressentimento, em razão de que se percebe a mágoa incrustada nessa mulher por questões mal resolvidas na época da ditadura e que ainda repercutem em sua vida. Ela pensa em exteriorizar tais questões por meio da escrita da peça teatral, mas não consegue iniciar tal trabalho. Ela vê suas lembranças como integrantes da sua corrente sanguínea, do corpo todo, e a memória constantemente alimentada por elas, isto é, não consegue uma folga das recordações tristes, uma diminuição dessa carga pesada que é o passado autoritário e ainda tão presente na sua caminhada, no rumo que pretende dar a sua trajetória pessoal e profissional. No entanto, ela precisa narrar para exorcizar o trauma, para colocar para fora tudo que vem guardando em silêncio há tanto tempo. Quando tenta transformar a memória traumática em um texto dramático, para ser encenado, é literalmente um ensaio para sentir com menos intensidade o que significou em outra fase uma dor insuportável. Um texto para representação do trauma, para amenizar a dor gravada na memória e na alma. Como Lena menciona: “ Moída de pancada pela memória”. Portanto, o trauma mexe tanto com a parte física quanto psicológica do ser humano e a memória perfectibiliza o trauma e, por isso, trabalhá-la é crucial.

Não mandamos na memória, é ela que manda na gente, como reconhece a Lena, então para expulsar as lembranças doloridas, escrever seja terapêutico. A jornalista Lena quer escrever, contudo, no período que adoece, não consegue, simplesmente dá uma parada para se reerguer, para equilibrar-se novamente, e aí as memórias tornam-se mais vivas, é quando ela as reelabora junto com sua mãe. As lembranças doídas vêm com força total, as memórias tomam conta dela, e o trauma aflora, porém, na casa materna, ela tenta se reencontrar, vai tentando romper com os seus receios, interpostos pelo trauma, do qual tem fugido, então é tempo de reflexão e é o que mais faz. Aos poucos, vai se dando conta de tudo que suportou isoladamente, vai buscando referências para superar o momento delicado com a saúde abalada. Ela vai vencendo barreiras que o trauma gerou, até com a própria mãe. Escrever sempre foi importante para a jornalista Lena, mas o seu flagelo emocional não permite, no entanto, ao reinterpretar períodos difíceis, vai aprendendo a lidar com as memórias e com o trauma. Ela procura reestruturar o caos interior na casa materna, não esquece o sofrimento, porém o enfrenta e reelabora o trauma, passa a compreender diversos sentimentos e situações até se sentir pronta para encarar a sua vida novamente sozinha e sem o amparo do amor

da mãe. Vai continuar elaborando o trauma para prosseguir. As memórias vão acompanhá-la e ela está em pé outra vez.

A protagonista Lena, ao refletir sobre os episódios traumáticos do tempo em que vigorava o regime autoritário, reinterpreta esse passado, mesmo que de maneira sofrida, emociona-se, mexe com as feridas mais profundas, tornando-a mais resiliente. Ela faz desse momento de superação uma forma de resistir aos seus dilemas, de recuperação da autoconfiança, apesar dos medos e dos traumas. São muitos instantes de reflexão e autoafirmação. Com isso, domina o trauma. É o que tenta, inobstante as dificuldades com as emoções à flor da pele. Fica patente que seu julgamento sobre os episódios que a incomodam sofre mutação e precisa ser revisto, atualizado, e só com a reelaboração dessas memórias é concebível.

3.2 Memória em *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*

O exercício da memória também aparece em *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018) de maneira muito dolorosa para Lúcia. As memórias fazem parte da vida dela, tomam conta de sua vida essas lembranças, dominam essa mulher de tal maneira que não consegue dar um rumo para si mesma, vive estagnada e conformada. Não pensa em futuro, pois está presa às reminiscências. Na trama, Lúcia é confundida com a irmã que tem outra postura ante os fatos políticos da sua época e entra sem querer no meio da militância, na verdade não luta por nada, nem se interessa por política. A Lúcia (Alice), é uma mulher transformada pela ditadura, cuja vida lhe foi tirada, quando confundida com a irmã Adriana, que participava da luta armada. Foi presa e torturada. Depois de ser estuprada na prisão, fica grávida e o filho lhe é tirado. Foge para o exílio, com a ajuda de militantes, fica fora do país por anos e retorna quando o companheiro Manoel falece. Sobrevive com uma pequena renda que ele lhe deixou. Ainda vive como se estivesse sob o regime ditatorial, com medo e com nome falso. Não se dá conta que o passado persiste na sua vida e a influencia, até que fica sabendo que foi enganada por Manoel durante todo o tempo que conviveram. Aparece a sobrinha Betina com seu pequeno filho, os quais dão uma nova motivação na sua triste vida. É uma pessoa traumatizada e marcada pelas dores causadas pela repressão. Suas memórias não a deixam agir, é uma mulher paralisada pelo medo em um mundo contemporâneo muito diferente e desigual e ao

qual não se encaixa. Lúcia nunca se adaptou, nem na juventude, nem no exílio e nem no Brasil do século XXI. Depois da violência sofrida, não se reergueu, não teve forças para se reconfigurar.

O romance em grande parte envolve as memórias da protagonista Lúcia (Alice), que é uma mulher que teve a vida dividida, pode-se dizer em antes da ditadura e após, e não conseguiu superar a tortura, a violência praticada pelo aparelho do Estado, viveu no exílio e exilou-se em si mesma, pois nunca relatou o que passou, fechou-se em si mesma e, ao final, descobre que foi vítima do Estado, do seu companheiro Manoel, e de si mesma, por não tentar nunca desvendar o emaranhado de fatos de que participou passivamente, aceitou os fatos como verdades únicas que lhes foram repassadas, nunca tentou reelaborar o período histórico da ditadura com outros, fixou-se nas suas próprias memórias, distorcidas por uma visão geral e não investigada de uma realidade que ocultava muitas coisas. Nunca desabafou, perguntou e investigou. Paralisou. Este romance dá espaço para essas situações atinentes à memória individual e coletiva:

Não consigo encontrar Luiz entre essas manchas desbotadas que são as lembranças. Meu esforço mental está todo em me lembrar de Adriana e me ver de algum modo como alguém que é capaz de se expressar como uma estranha quando o assunto é a própria vida. (TIBURI, Marcia, p. 22)

A violência dessa coação organizada em palavras interrompe a presença da memória. A memória simplesmente não nasce, senão na língua de Betina transformada em fórceps me obrigando a sair de mim. (TIBURI, Marcia, p. 23)

Qualquer mentira, mesmo a mais espúria, é melhor do que a verdade que conheço na pele cravada de cicatrizes que se tornaram invisíveis com o tempo. Ao procurar os acontecimentos enterrados na memória, não me sinto livre para fazer nada além de desviar a atenção sobre o que o passado realmente possa significar agora que estou diante de seu retorno. (TIBURI, Marcia, p. 46)

A protagonista Lúcia não quer relembrar, pelo contrário, faz questão de apagar e não tratar de assuntos que remetam à repressão. Reelaborar essa memória doída mexe com as emoções, aflora o trauma, no entanto os relatos são importantes para que as experiências traumáticas não sejam perdidas e esquecidas, com a criação de uma consciência histórica do que de fato ocorreu. As memórias ocultas fixadas nos subterrâneos da alma da protagonista Lúcia impedem que ela perceba claramente quem é quem no enredo da sua vida. Estas memórias escondidas e unificadas com as múltiplas experiências se consubstanciam para a

formação do processo social que constitui a memória coletiva nacional. Com a eclosão das memórias traumáticas da ditadura e do ressentimento, propicia-se o fornecimento de informações que consolidam a memória nacional, junto com as vivências de outras vítimas da tortura. Nos incidentes, vividos de maneira individual ou coletiva, sempre vai haver versões diversas para os mesmos fatos, como se vê na história de Lúcia e Manoel já que ela tinha uma visão que não coincidia com a de Manoel, como ela descobriria depois. Assim, há uma vulnerabilidade na memória, pois ela pode ser manipulada e as diferenças presentes ao remexer as memórias individuais expõem o resultado da trajetória de cada um. Como já dito algures, a memória passa por um processo de reconfiguração e reinterpretação ao longo do tempo e, por isso, o seu resgate é tão relevante.

Logo, escarafunchar a memória traumática traz o seu renascimento e traz à tona toda a violência sofrida na época da tortura implicando na reelaboração de histórias homiziadas pelo próprio sobrevivente com o intuito de esquecer lembranças tão doídas. A personagem Lúcia é um exemplo disso. O objetivo é ser capaz de se expressar como um estranho quando o assunto é a própria vida como diz a protagonista, isto é, sem sentir aflição quando relembra fatos ligados a si mesmo. O pior é que a pessoa está incluída nas memórias fixadas nos subterrâneos mais íntimos. A Lúcia, como arquétipo, viu e viveu tudo que não quer recordar ou que apagou da sua mente para se proteger e proteger aos seus. Este resgate é muito obscuro e dilacerante para um sobrevivente da crueldade humana, da violência que desumaniza a ponto da pessoa se transformar em um autômato como ela, em um ser inanimado como uma máquina que imita os movimentos de um corpo vivo que se arrasta pela vida, sem agir ou reagir. Invariavelmente, a dor, a humilhação e o ressentimento aparecem independentemente da vontade e são influenciadores no resgate da memória, posto que esta sofre distorções, tornando-se mais intrincada. A reelaboração dessas memórias serve para elas não ficarem obsoletas.

A memória e o esquecimento andam juntos. São ações involuntárias e influenciadas pelo trauma, que, muitas vezes, fazem-nos esquecer, e outras, nos trazem memórias de coisas que não ocorreram. Então, a memória é falha, não é confiável de maneira geral, porém, em situações de trauma, isto fica mais evidente com alucinações e confusões mentais.

“O trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”¹. Por isso, as lembranças, chamadas em certo momento de manchas desbotadas quando não conseguem recordar alguém, interferem no cotidiano da Lúcia. A citação é uma referência que cai bem na vida da Lúcia: ela ainda não conseguiu voltar a ter uma vida normal. O trauma a comanda e a impede de prosseguir, de deixar o período da ditadura para trás. Não consegue superar. Prefere uma mentira, mesmo a mais adulterada, do que encarar a verdade, enfrentar o passado que retorna toda hora pelas recordações e, quando alguém tenta obter informações sobre o que de fato ocorreu, leva-a a desviar a atenção do que esse passado possa representar porque não se sente livre para reconstruir essa história tão bem ocultada e verbalizar os eventos traumáticos que dominam sua mente e seu corpo.

Em alguns momentos, a memória não nasce, só sendo retirada a fórceps no modo de pensar da protagonista de *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*, representada pela personagem Betina que tenta de todas as maneiras saber a verdade sobre sua mãe, Adriana, assassinada pelos agentes de governo da ditadura. Para os sobreviventes de uma “vivência extremamente intensa”, a consequência criada pelo trauma reiteradamente é “a destruição do consciente e da capacidade de discernimento entre o real e o irreal”².

A Lúcia, como se observa nos trechos citados, não quer reavivar suas reminiscências no presente, não quer a reinterpretação dos episódios traumáticos, pelo contrário, desvia-se de assuntos que envolvam sua biografia, o tempo pretérito. Não tem interesse em trabalhar o trauma, convive com suas dores e abomina as memórias do período da tortura e do exílio, não as enfrenta, e acomodou-se na condição de vítima sem nunca tentar sair desse lugar desconfortável que a oprime. Persiste no isolamento da dor e não se permite ser acolhida, simplesmente mantém laços superficiais com poucas pessoas porque lhe é conveniente dessa maneira, preferindo conservar relações espúrias a relatar suas dolorosas memórias. Ela é pura dor e sofrimento e não quer extravasar de modo algum isto, não sente necessidade, e, assim, concentra em si mesma esse trauma que a paralisa. Jamais buscou conhecer o que desconhecia e jamais lutou por justiça e punição aos que lhe

¹SELIGMANN-SILVA, Márcio. “A História como Trauma”, in *Catástrofe e Representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, pp. 73-98. 2000.

² SELIGMANN-SILVA, . Ibidem.

feriram e assassinaram sua irmã. Teme não ser compreendida, e isto se deve mormente por ter um entendimento equivocado dos fatos, e só muito tempo depois percebe que não aconteceram como pensava, que foi enganada. Nem assim consegue administrar a dura verdade, não a expõe em nenhum momento. Não sabe diferenciar o que é verídico do que não é, tal o trauma que carrega. Nota-se que a Lúcia tem uma visão crítica da realidade que vive na atualidade, contudo só em pensamento, não expressa seus pontos de vista para ninguém, não opina, não rebate, não alega, não defende e nem acusa. Não se permite um lugar de fala. Então, vê-se que o tempo sozinho não possibilita a superação do trauma; há uma luta perdida do sobrevivente para suas memórias e cicatrizes, elas jamais o abandonam. Em tese, trabalhar a memória expondo os acontecimentos seria uma prática terapêutica para a vítima e para toda a sociedade civil, mas a Lúcia não concebe deste jeito, ela prefere narrar histórias falaciosas para a sobrinha Betina ou calar-se.

Com o advento da Lei da Anistia no ano de 1979, que permitiu a volta dos exilados e a reabertura política, foram poucas vozes que denunciaram os atos de tortura, e, na literatura, foram lançados um reduzido número de obras que relatavam os excessos praticados pelos militares, e, mesmo passado tanto tempo, ainda carecemos de literatura com os vários temas que a ditadura engloba. Portanto, *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* é uma obra que têm representatividade para uma geração esquecida, que defendeu seus ideais arduamente e não foram reconhecidos por isso, pelo contrário, nunca foram escutados. Então, as histórias da Lúcia tem um objetivo sim, que é a tentativa de aclarar o que ficou de certa forma nebuloso, demonstrando a importância de se recordar o pretérito traumático como forma de protesto, de irrisignação com história falaciosa. Toda ambientação da narrativa menciona a ditadura ou leva até ela, no entanto a protagonista é a representação do silenciamento pelo medo e pelo trauma, ela é memória não partilhada.

3.3 Memória e Trauma em Tropical Sol da Liberdade e Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro

As duas obras aqui analisadas têm como pano de fundo a ditadura militar brasileira com sua violação de direitos, das liberdades. Importante destacar que

ambas usam as memórias da ditadura para fornecer dados relevantes e pouco estudados pela história oficial do que efetivamente ocorreu nos porões da ditadura, sob uma perspectiva filosófica, melhor dizendo, voltada para a reflexão a respeito de um período tão obscuro e embaraçoso da história brasileira.

Além de trazer à superfície questões arraigadas relativas ao regime ditatorial, como a tortura, a perseguição, o exílio, os traumas, a leniência, tanto *Tropical Sol da Liberdade* quanto *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* trabalham com as memórias das protagonistas, personagens vítimas do aparelho de Estado, e com os traumas que carregam decorrentes dos episódios que vivenciaram, participaram ou observaram nos anos de autoritarismo, residindo no Brasil ou no estrangeiro.

O livro *Tropical Sol da Liberdade* foi publicado em 1988 e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* em 2018, ou seja, com um intervalo de 30 anos entre os dois, mas o que se percebe é que a discussão só se ampliou com o passar dos anos em uma tentativa de evitar o esquecimento e trazer novas informações para a sociedade com base na reinterpretação dos fatos ou de certas verdades, ainda bastante contestadas. As memórias da Lúcia, trazidas ao leitor no ano de 2018, parecem irreais tal o detalhamento das torturas sofridas por esta personagem, entretanto, após longos anos do término do regime ditatorial, as pessoas que sofreram as sevícias foram perdendo o medo e relatando o que viveram, e, com base em tais informações, as autoras elaboraram duas obras-primas sobre temas tão envolventes e emocionantes. A própria Marcia Tiburi, em entrevista no ano de 2018 para o *Youtube*, ([canalhttps://www.youtube.com/watch?v=q6zIEPAXc7Q](https://www.youtube.com/watch?v=q6zIEPAXc7Q)), diz: "... que é um romance carregado dessas imagens da memória, da realidade vivida,...".

Assim, os dois romances têm enredos bem diferentes, mas tratam das temáticas da memória e do trauma lindamente, de forma diversa, mas o que parece ser inerente à ditadura militar brasileira está presente nas memórias das personagens. Cada uma com suas recordações dos eventos traumáticos, demonstram que os traumas do passado continuam a persegui-las, ou seja, podemos dizer que são dois livros muito diferentes, mas muito próximos na maneira de sentir esse passado histórico impiedoso. Assim sendo, a repressão deixou memórias e traumas inextinguíveis, principalmente quando consideramos que as personagens não notam o mal que as recordações exercem em suas vidas e que o passado ainda age sobre elas.

Tais obras retomam o período ditatorial, vez que somos herdeiros de uma história que repercute até os dias atuais quando explicitam a repressão e as arbitrariedades. Por meio da memória, demonstram que têm muitas verdadeshistóricas que podem ser contestadas, e estes dois romances o fazem muito bem. É a literatura rememorando, recriando, reinterpretando esse passado histórico ainda tão nebuloso. A desmemória não pode prevalecer e, por isso, aqui é assentada a importância destes motes impulsionados e tão bem examinados pela literatura.

4. Exílio e Trauma

Os temas como o exílio, a memória e o trauma se entrelaçam nos romances de maneira geral e, em especial, em *Tropical Sol da Liberdade* (1988) e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018). Estes temas integram a história do ser humano subjugado pelo regime ditatorial, isto é, aquele que foi banido, submetido às agruras da perseguição e aquele que se tornou preso político. Não há possibilidade de

segregação da história pessoal e da história coletiva, da memória pessoal e da coletiva, apesar do receio de olvidamento.

Ambos os romances tratam do exílio, do exilado, das dificuldades enfrentadas antes da partida para o exterior e durante o tempo que tiveram de ficar afastados do país, isto é, apresentam a experiência de exilados de maneira fidedigna. O período no exílio está presente nos dois romances, porém enfrentados de maneiras diferentes. São representativos das diversas circunstâncias que levaram muitos brasileiros para o exílio. Nas histórias contadas nas obras, é possível ver os problemas atinentes ao exílio, ao fato de ser exilado, da clandestinidade, da perseguição, da violência, do trauma, ou seja, como a ditadura influiu na vida das personagens de maneira determinante, dando os rumos de suas trajetórias.

Ao partir para o exílio, a vida do sujeito sofre uma ruptura, pois distancia-se do que era sua vida, da sua família e amigos, os projetos são abandonados, os ideais são deixados para segundo plano porque o exílio exige sobrevivência e resistência ante as dificuldades com o idioma, culturas recém-adquiridas, outros costumes e hábitos, sobretudo na situação em que alguns chegaram, com poucos recursos financeiros, sem apoio logístico dos grupos que eram parte no Brasil. Não era uma simples viagem, era uma fuga e, na maioria das vezes, com documentação falsa. Outrossim, há o que se exilou para viver melhor lá fora e conseguiu, ou seja, aquele que não pertencia a nenhum grupo político, decidiu ir para o exterior em busca de qualidade de vida, de liberdade e emigrou.

O exilado deixa uma situação de ser reconhecido no país de origem como integrante de espaços familiares, sociais e profissionais, para ser um desconhecido em outra cultura, grande parte sem documentos válidos, sem passaporte, dividindo moradias com pessoas estranhas, uma vez que não tinham em um primeiro momento como se manter e pagar aluguel, sem emprego e sem ter como trabalhar, só quando passavam a situação de refugiados estas condições melhoravam.

A adaptação se faz necessária no “país da acolhida,” mas leva tempo e, na circunstância específica do desterro, em que os obstáculos são enormes, ela é mais custosa, pela questão do desenraizamento, ou seja, da perda das raízes de modo abrupto e inesperado. O acolhimento era solidário para arranjar hospedagem e emprego, mas também era danoso em muitos casos pelas humilhações a que eram submetidos, desfeitas realizadas pelos nativos, como trambiques, eram vítimas de furtos e fraudes. Assim sendo, de todos esses problemas, pelas pressões

psicológicas e pelos receios, muitos ignorados em um mundo novo indiferente a suas questões particulares, advieram os traumas, depressões, sentimentos de perda e crises de identidade. Os problemas psiquiátricos apresentados por exilados eram diretamente relacionados ao exílio visto como o espaço responsável pela perda de identidade. É sinônimo de degredo e é degradante, deteriora até a alma do sujeito.

O desenraizamento é doloroso pela força das circunstâncias, da conjuntura no país de origem, sem muita escolha, pela necessidade mesmo. Fica fácil perceber, ao conhecer o novo mundo que se apresenta, que jamais será um lar, apenas um país de acolhimento, o país do exílio, da expatriação e, em alguns casos, do banimento. O primeiro momento no exílio é de negação, de repelir os novos costumes e de idealizar onde nasceu e viveu até a expatriação, até porque acredita-se que a estada é passageira, provisória, mesmo que não tenha data fixada para o retorno. A provisoriedade impede o exilado de traçar planos a longo prazo, de pensar no futuro nesse país, pois acredita que logo retomará sua vida verdadeira em seu país, e, mesmo aqueles que foram espontaneamente, possuíam tal sensação de que o exílio não era para sempre. É um lapso temporal que independe da sua vontade de estendê-lo ou não, depende mais da situação do país de origem, quando este poderá acolhê-lo novamente sem restrições. A transitoriedade torna a adaptação mais penosa e a organização no novo país fica mais árdua e complexa até compreender que a sobrevivência neste lugar é relevante para reconstrução da sua vida sob novas formas.

A clandestinidade levou ao exílio com frequência e este foi determinado pela conjuntura da época, pela engrenagem antidemocrática. As divergências políticas ocasionaram conflitos e rebeliões que eram violentamente rechaçadas pelos militares. Isto impulsionou aqueles que viviam na clandestinidade a mudarem para o exterior, e outros que não toleravam residir em um país autoritário, que tolhia direitos.

A opção pelo exílio (ou não) era feita em condições bastante hostis derivada da perseguição política declarada e estabelecida em função da situação do país. Logo, esta opção era feita em condições bastante complexas decorrente da situação antidemocrática do país, da clandestinidade, isto é, sob forte tensão psicológica e pavor. A decisão pelo exílio era muito inquietante e insegura tanto para quem sofria perseguição, clandestino, como para quem não tinha esse tipo de problema.

O exílio foi uma descoberta para cada pessoa que o viveu, compulsoriamente ou voluntariamente. Alguns exilados se envolveram em movimentos sociais, em grupos para discussão dos problemas em comum, para ajuda mútua; uns aceitaram a condição de exilados e permaneceram no exílio, mesmo após a anistia, outros não aceitaram nunca, não se acomodaram e viveram revoltados com o fato de serem obrigados a viver onde não queriam, outros encararam o exílio como possibilidade de crescimento intelectual e profissional, outros viveram atormentados pelos traumas das violências experimentadas no Brasil. No exterior, houve possibilidades e alternativas para os exilados, só não podiam retornar, principalmente pelo medo do governo autoritário, pelo receio de não adaptação, de não se acostumarem mais com o que haviam deixado.

De maneira que o exílio foi buscado por pessoas que estavam implicadas na luta contra o regime militar e acabaram perseguidas, na clandestinidade, em sua maioria. Eram pessoas que integravam grupos ou partidos políticos que atuavam na luta armada, mas convém ressaltar que também se exilaram pessoas que não participavam de atos contra o regime, porém se recusaram a viver sob o autoritarismo ou foram vinculadas aos grupos armados por terem familiares atuantes na luta. É de se destacar que não houve um número enorme de exilados brasileiros que saíram do país ou que sentiram necessidade disso. A permanência foi a melhor opção para grande parte da população até por falta de alternativas melhores. O exílio envolvia muitos aspectos negativos, era uma opção última. Os clandestinos e perseguidos foram ajudados para sair do país, ou seja, patrocínio e auxílio da família, de amigos, era bastante importante. Além do sofrimento pelo exílio em si, pelo afastamento do país de origem, tais fatos não foram únicos e isolados, então a adaptação era prejudicada pelas relações informais mantidas. Da mesma forma que eram afetados pela questão política, pelo consequente desterro, a inadaptação também foi responsável por suas constantes aflições que repercutem em suas almas até os dias atuais, ainda que tudo tenha ficado num local longínquo. Rollemberg (1999) informa:

A história do dia a dia no exílio é, portanto, a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo, entre o que se era – ou se pretendia ser – e o que se acabou sendo de fato. É a história da desorientação, da crise de valores

que significou, para uns, o fim de um caminho e, para outros, a descoberta de outras possibilidades. É a história do esforço inútil e inglório para manter a identidade. É a história da sua redefinição e da sua reconstrução, que se impunham num processo que se estendeu ao longo das fases do exílio e que continuou para muitos, mesmo depois da volta ao Brasil. (ROLLEMBERG, 1999, p. 132)

Enfim, o exílio envolve muito mais do que o afastamento da pátria, registra as recordações da violência física e psicológica, identidades nacionais cortadas, carreiras paralisadas e exigência de adaptação em outras nações. Para entendê-lo, somente por meio das lembranças de quem o vivenciou com as situações traumáticas experimentadas. Como delineado alhures, é marcado por conflitos pessoais e coletivos que suscitam uma reconfiguração da identidade. Em “Memórias no Exílio, Memórias do Exílio” (2007), Denise Rollemberg afirma que o crescente número de exilados se deve ao fato de que:

Exilado não foi exclusivamente aquele atingido pela repressão, perseguido diretamente por suas posições ou práticas políticas. Exilado foi também quem deixou o país recusando-se a viver sob uma ditadura. Exilados foram também homens, mulheres, adolescentes e crianças que partiram não devido às suas atividades, mas acompanhando seus maridos, esposas, pais e mães. Foram todos exilados. Nesta perspectiva ampliada, o exílio foi vivido tanto pelos trocados por diplomatas nos sequestros, como os que saíram ilegalmente pelas fronteiras, como pelos que deixaram o país legalmente, com passaporte expedido pela Polícia Federal. (ROLLEMBERG, 2007, p. 202-203)

Outrossim, o exilado não sabe o que o espera ao retornar para a sua terra natal, não sabe se retomará a vida antiga com o mesmo trabalho e rotina ou se tem que começar do zero procurando novas oportunidades.

Remexer na vida no exílio é revolver em um emaranhado de sentimentos, por vezes rudes e de difícil enfrentamento. Paulatinamente, elaboram o trauma. Soltar a voz e transmitir a dor de uma geração rechaçada mostra o quanto essas feridas estão abertas e ainda não cicatrizaram. O exílio foi mais que distanciamento do país, foi um isolamento de sofrimento e de saudade. A mudança é tanta e tão repentina que o exilado vive, em um primeiro momento, um luto, uma dor pela perda de tudo que estima e preza, ou seja, muda o cenário, os personagens, os costumes e os hábitos. Aparece comumente uma crise de identidade, surgem os traumas, incertezas, sentimento de perda, entre os quais a perda de suas raízes, o conhecido desenraizamento. Com as personagens, percebe-se que estar em lugar diverso ao que se ama torna-se quase como uma nova forma de tortura, um tipo de violação

psicológica que fragiliza e traumatiza. Deste modo, o emocional não tem como não ficar abalado.

Andrea Quilian de Vargas e Rosani Umbach, no artigo *O ressentimento dos exilados em Tropical Sol da Liberdade, de Ana Maria Machado: uma questão sensível*, publicado na Revista Estação Literária (2013, p. 86), comentam:

Dividido entre a identidade deixada para trás e a nova realidade que se anuncia, construída por força das circunstâncias, o exilado ferve entre dúvidas e conflitos que põe em cheque sua estabilidade perante a vida. Em alguns casos, especialmente entre aqueles que mantêm o nacionalismo aceso na alma, mecanismos de defesa são acionados, tornando ainda mais difícil a inserção desse sujeito na sociedade que o acolheu. Em outras situações, o ressentimento com o país que o banuiu prevalece, originando uma série de sentimentos destrutivos. Uma vez banido, o expatriado será sempre um forasteiro, e assim se sentirá.

O exílio foi uma realidade bastante traumática e a ditadura foi um longo período de arbitrariedades, porém para muitos foi uma realidade mais lesiva, mais dura, pela exposição e, à vista disso, foram perseguidos, torturados, clandestinos e exilados. Mesmo que o exílio tenha ocorrido por uma decisão voluntária do sujeito, observa-se que tal decisão é decorrente de uma pressão exterior, por exemplo, o regime de governo, a ameaça à liberdade, à vida, isto é, há sempre uma motivação que amedronta e que aponta como mais seguro o desterro. Assim, o trauma aparece sob diferentes matizes, mas está presente de uma forma ou de outra.

A ditadura e o exílio ficaram registrados em muitas pessoas pela dor causada e isto se reflete no trauma que carregam em virtude das agressões vividas. A dor é determinante para gerar o trauma e é capaz de transformar um ser humano. Fica um rancor, uma mágoa, difícil de superar pelas rupturas e pelas perdas de identidade. Deixar uma identidade no país de origem e assumir uma diferente em outra cultura ocasiona perturbações e, por vezes, revolta. O sentimento de insegurança e instabilidade acompanha o sujeito e os abalos emocionais levam a estados depressivos.

Luís Eduardo Prado de Oliveira (1991 apud Rollemberg 1999) diz: “O exílio é um traumatismo. Um jeito para dominar e conhecer este traumatismo é repeti-lo. (...) Voltar para o Brasil foi repetir uma experiência traumática de exílio. De repente, eu estava exilado da França, voltando para o Brasil”. Os romances dão voz a muitas

pessoas que tiveram seus direitos violados, pois há uma forte relação entre as narrativas e a realidade vivida por muitos brasileiros na ditadura, um exílio forçado pela repressão, isto é, famílias que sofreram por terem ido para o exterior tendo deixado parentes angustiados aqui pelo distanciamento compulsório e pela saudade. Pode-se dizer que há uma interação entre os romances e a história. O trauma é evidenciado nos relatos de exilados, na literatura que usa tais informações para uma narrativa de representação verossímil. As personagens dos romances têm dificuldades para lidar com os traumas que as acompanham, percebem as cicatrizes, são angustiadas, porém lidar com suas fragilidades, tomar decisões, não é fácil. Não há remédio que as imunize do trauma quando as emoções foram tão abaladas que as impedem de esquecer e de curar as feridas. As histórias não são únicas, houve outras tão dilacerantes e até mais corrosivas do que as dos romances aqui comentados, que se alicerçam em fatos concretos para reelaborar seus traumas e suas dores. O componente traumático se manifesta como obstáculo às percepções identitárias das protagonistas, como se reconfiguraram após o regime, com uma forte desarticulação interna, que acabam por levá-las à melancolia e a um desânimo frente aos fatos da vida. Logo, por meio desses romances, resgata-se o inconsciente coletivo sobre a ditadura, sobretudo porque as autoras utilizam demais as memórias das personagens para relatar os seus efeitos nos sobreviventes. Elas não são exemplos, não são modelos para ensinamento no atinente ao trauma gerado pela ditadura, talvez sejam parâmetros, referências para a questão traumática oriunda da violência psicológica e física e tudo que pode decorrer daí. O fato de terem encarado o exílio por si só já é uma experiência que deixa marcas.

4.1 Exílio em Tropical Sol da Liberdade

O exílio está muito ligado às lembranças da protagonista, logo é possível perceber que a memória é de fundamental importância para demonstração da condição de exilada em certo momento da vida da Lena.

No livro de Ana Maria Machado, publicado em 1988, após o fim da ditadura, a protagonista Helena Maria ou Lena era uma jornalista e tinha um irmão envolvido na luta armada que auxiliou em alguns momentos. Lena viu-se forçada a partir para o exílio com o marido médico chamado Arnaldo porque viviam com medo após ela ser presa por um dia para prestar depoimento e perceber que era vigiada

constantemente. Ela rememora os fatos e dificuldades encontradas na França durante o período como exilada, a saudade e a vontade de voltar para o país. A Lena foi por medo de algo que poderia acontecer a ela e ao marido, não sofreu violência ou tortura.

No caso da Lena, o exílio é baseado em pessoas da vida real e é mostrado de maneira muito particular pela protagonista, através de experiências próprias, uma maneira diversa da visão dos brasileiros que ficaram, ou seja, as consequências da ditadura, como o exílio e o trauma, são percebidas individualmente de acordo com as vivências pessoais de cada um, e os exilados relatam o período com sentimentos diferentes daqueles que não viveram essa fase. O sentimento comum que unia o povo era a luta pela liberdade, a retomada da democracia, mas não se pode dizer que as vivências eram uníssonas, logo a obra interage com a história demonstrando pessoas exiladas, outras que aceitaram passivamente a ditadura, os delatores, as manifestações, o comportamento de professores da época, como cada um reagiu ao regime estabelecido sob a percepção da Lena, protagonista que ficou no exílio por algum tempo baseada na própria vivência da autora Ana Maria Machado no exílio. Este romance não é um intento historiográfico, no entanto coopera para a compreensão e análise do que houve no século passado quando o país foi governado pelos militares; apenas usa o período histórico como mote. A questão do exílio é muito ressaltada, pois a protagonista e o ex-marido Arnaldo tiveram que exilar-se e o desterro repercutiu penosamente na vida dela, foi uma fuga que ocasionou retrocessos tanto na vida pessoal quanto profissional da mulher. Pelas lembranças dela, é possível notar que foi um afastamento necessário e voluntário, contudo não era uma meta do casal residir no exterior, somente aconteceu porque a protagonista esteve um dia presa para averiguação por ter auxiliado o irmão e se sentia constantemente vigiada, com medo por ter ajudado Marcelo, um combatente da luta armada. Bastante tempo após o retorno, suporta as consequências físicas e psicológicas do distanciamento experimentado, o trauma manifesta-se, e mesmo tendo passado tanto tempo entre o período do exílio e sua vida atual, dá a entender que todos os dramas que está passando quando decide ir para a casa materna são também decorrentes daquele conturbado período da sua vida. Há uma reflexão de como o regime influenciou na sua história pessoal. Então, em um certo momento, ela tenta se reconstruir e encarar os traumas para distanciamento da dor ou para viver essa dor. É um relato sob o ponto de vista do movimento estudantil e da classe

média, ou seja, não é um livro que possa ser lido sozinho para entender a história desse longo lapso temporal, pois conta apenas uma faceta do complexo período histórico que foi a ditadura militar. É sim uma ótica da pessoa que viveu perto dos acontecimentos e que partiu para o exílio pressionada pelo medo e pela insegurança. Entretanto, há uma mescla de experiências adquiridas no desterro, negativas e positivas, como percebe-se em *Tropical Sol da Liberdade* (1988):

E tanto o emprego como a bolsa tinham sido conseguidos graças à ajuda de outros brasileiros exilados que já estavam lá há mais tempo, tinham contatos com muita gente, pertencia a organizações bem estruturadas. Aí começara o pior período que a filha passara no exílio, Amália bem sabia. Foi quando a gravidez dela estava no começo e eles, sem dinheiro, sem recursos e sem amigos, acabaram perdendo o bebê. (MACHADO, 1988, p. 240)

O saudosismo e a inadaptação da Lena ao exílio são notados em diferentes partes do romance: *“Para ir embora é que ninguém estava pronto. Mas para a volta, o treino foi permanente, quotidiano”* (MACHADO, 1988, p. 193). No seguinte trecho, nota-se o saudosismo evidente da exilada:

Que coisa é essa, tão amorosa e tão terna, que nos liga à terra dessa maneira? Que dá um aperto no coração quando a gente está longe e sente a falta, como um buraco sem fundo escancarado dentro da alma? Voltava a lembrar das conversas com Maria e Antônio na Itália, da saudade que sentia no exílio, do desenraizamento que vira, lera e ouvira nos depoimentos que recolhera naquela viagem e que reconhecia do seu tempo de desterro. Desterrar-se não é só ser cortado da terra e ficar sem ar. É também carregar o fogo no peito. Uma brasa adormecida e abafada, que teima em não se apagar e a gente insiste em soprar escondido, no silêncio de quando a noite cai e os outros adormecem, para manter mesmo bem viva e queimando por dentro, porque sem ela a gente morre. (MACHADO, 1988, p. 176)

Outrossim, aqui vê-se que o exílio cria um ceticismo com o retorno ao país, o indivíduo fica descrente de suas possibilidades de sobrevivência após anos de afastamento:

Tento animá-la e ela me fala no caso de um teatrólogo brasileiro que trabalhou anos no exílio tendo o maior respeito, sucesso e prestígio internacional e, assim que voltou para casa, teve seu trabalho destruído por uma cobrança gratuita e agressiva nitidamente pessoal, sem qualquer fiapo de carinho. Helena é uma artista, supersensível, tem medo de não aguentar um massacre semelhante, fica se perguntando por que insiste em voltar, se acha que não vai ser bom para os filhos, e receia que seu trabalho não seja reconhecido e os próprios companheiros a sintam como uma intrusa chegando para ameaçá-los. (MACHADO, 2012, p. 178)

A sensação de inadequação é companheira permanente, consoante observa-se no trecho seguinte de *Tropical Sol da Liberdade* (2012):

O tempo todo, o pessoal queria era voltar. Um ou outro criava vínculos no estrangeiro, raramente fortes a ponto de não conseguir rompê-los. Em geral, o que acontecia era viver num estado de inadequação permanente, não pertencendo ao mundo em volta e cada vez pertencendo menos ao país natal (ou morrendo de medo de que isso acontecesse). (MACHADO, 2012, p. 185)

A personagem Lena de *Tropical Sol da Liberdade* (2012) diz que não tinha intenção de ser clandestina e mostra os receios do perigo enfrentado no país:

Não tinha nenhuma intenção de passar à clandestinidade, viver outra vida, com outra identidade, outra história, outra profissão, outros amigos. Não pretendia sair do jornal nem parar de trabalhar. Arnaldo também tinha seu emprego no hospital, dava umas horas no consultório de um colega, pleiteava a obtenção de uma bolsa de estudos para fazer uma especialização na Europa, não tinha o menor sentido jogarem tudo isso fora só para se protegerem. Ou tinha? Qual era o tamanho do perigo real? Em que medida estavam realmente ameaçadas as pessoas que não faziam nada, que apenas davam um apoio aqui ou ali? (MACHADO, 2012, p. 278)

Agora, em *Tropical Sol da Liberdade*, Lena mostra o porquê da decisão de sair do país:

E mergulhou de cabeça no trabalho. E na vida infecciosa que passou a levar até o dia em que não aguentou mais e saiu do país. Uma vida em que ela tinha que fugir de todas as pessoas que amava, fora da família. Para proteger tudo o que sabia. Em primeiro lugar, Marcelo e quem o escondeu. Mas muita coisa mais. (MACHADO, 2012, p. 314)

O romance *Tropical Sol da Liberdade* (2018) só reforça a ideia de que o exílio funciona como tentativa de afastamento e exclusão do sujeito inconformado com as condições políticas vigentes e com o temor de represálias, o qual age buscando transformar o regime político autoritário (que lesiona, ofende, mata e desaparece com seres humanos de maneira inexplicável), e que anseia pelo respeito aos direitos individuais e coletivos.

O exílio foi muito duro para os exilados em geral pelas condições de vida, com as limitações financeiras, do idioma, moradia desconfortável e trabalho escasso. Nas recordações da personagem Lena, vê-se que não concordava com o regime, participava de passeatas, auxiliou algumas pessoas a se homizarem, mas

não fazia parte da luta armada, não era uma clandestina; tinha uma vida normal e a sua luta não era exposta.

A personagemusa das lembranças, que ainda incomodam e retumbam no seu âmago fortemente, nas quais o exílio é visto de modo traumático, para se reportar ao período ditatorial e para referir-se ao tempo em que ficou exilada:

Até mesmo agora, quando a viagem era só de algumas semanas, trabalhando, e o exílio era só uma profanação que ficara distante no tempo. Lá longe, doendo num cantinho empoeirado da alma, com uma enorme pedra em cima. Mas ainda assim, reverberando. (MACHADO, 2012, p.26)

Ela relembra o que ocorre na época do regime militar quando ficou exilada por alguns anos e passou por situações difíceis e delicadas na época da repressão e do exílio. No trecho acima, Lena tem o exílio como um sacrilégio, uma violação, que ficou para trás, mas que ainda repercute na sua vida.

Assim sendo, o exílio ecoa sobremaneira sobre suas decisões, sobre o rumo da vida que escolheu após o exílio. Ele não terminou com a volta ao país, pois influi nas suas dores, ainda está escondido no seu íntimo e com um peso muito grande.

Em *Tropical Sol da Liberdade* (2012), os personagens têm a vida bastante modificada durante e após o exílio, pois as consequências foram marcantes, mesmo após bastante tempo do retorno, vivem as dores do trauma:

Era apenas uma mulher machucada que precisava se fechar numa toca e ficar passando a língua nas feridas até cicatrizarem. (MACHADO, 2012, p. 12)

Estava machucada, doente, em casa da mãe, ouvindo o tique-taque do velho relógio do avô na parede, com seu carrilhão que a cada quarto de hora trazia de volta a música da infância atemporal. (MACHADO, 2012, p. 44)

E, ao acontecer alguma incisão como essas que as conversas com a mãe de manhã tinham causado, logo as lembranças fluíam rapidamente ao local do corte. Mas depois coagulavam. O presente retomava seu lugar. Só que a cicatriz abria à toa... (MACHADO, 2012, p. 119)

A protagonista desse romance tem dificuldade para combater os traumas; percebe as cicatrizes, porém enfrentar suas fragilidades, tomar decisões, não é fácil. Não há remédio que a imunize do trauma quando as emoções foram tão abaladas que a impedem de esquecer e de escrever.

Em *Tropical Sol da Liberdade* (2012), Lena mostra preocupação e revolta pela impunidade dos responsáveis, com atitudes com intuito perceptível de enfraquecer a memória:

Até hoje, Lena não podia pensar nisso sem sentir um aperto no peito, um nó na garganta, uma raiva impotente, uma dor inenarrável, uma vergonha imensa de fazer parte de uma nação em que coisas desse tipo aconteceram e nunca foram punidas – muitas vezes nem tornadas realmente públicas após a democratização. Em que ninguém foi ao julgamento por esse tipo de violência contra gente indefesa. Em que sempre se fez de conta que as pessoas são doces, cordiais e de boa índole. (MACHADO, 2002, p. 103).

Assim, o trauma da Lena é representado por memórias individuais da ditadura e suas consequências. Ela não consegue rememorar friamente o que viveu lá atrás, mas percebe-se que ela é representativa dos brasileiros, os quais, como nação, também não relembram indiferentes e, por isso, preferem não falar, não contestar as “verdades” históricas plantadas e não investigadas, verdades estas que não mencionam os eventos traumáticos mais pungentes, que sabidamente aconteceram e continuam reverberando atualmente.

4.2 Exílio em *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*

Em *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018), de certa forma, a tortura aniquilou o lado emocional da protagonista, o que a impediu de refletir logicamente sobre a própria vida. Como diz em certo momento: *Sobreviver é o que resta da tortura. Sua continuação inconfundível* (TIBURI, 2018, p. 90). Tal romance engloba a memória e suas vertentes, pois mostra um presente da protagonista ainda muito marcado pelas lembranças e angústias de um passado temido e não muito longínquo. As memórias da Lúcia influenciam na sua forma de levar adiante sua vida e ela é o retrato de uma mulher infeliz, solitária, por não ter a ousadia necessária para tentar reelaborar suas recordações, seu passado. Ela é puro trauma e ressentimento. Seu medo a impediu de perceber o que aconteceu de fato com sua trajetória pessoal, inobstante a ditadura e a tortura, foi enganada o tempo todo por seu companheiro Manoel, pois o temor nublou sua visão e o passado restringiu suas possibilidades de viver melhor, em paz e feliz (consequência do trauma). No exílio, continuou seus devaneios, ilusões e isto parece importante para esta mulher traumatizada, pois conhecer a

realidade poderia ser mais trágico e cruel. Ela cria uma realidade paralela porque não quer ver a realidade como é e, dessa maneira, leva sua vida. Vive com um homem ao qual não questiona, não indaga, não sabe nem seu nome verdadeiro e fica calada ante tantas perguntas, as quais têm respostas. O medo é maior que a curiosidade. A mentira pode trazer uma paz que a verdade dolorosa pode destruir. Ela fica à margem do mundo real para conceber um mundo para si mesma.

Manoel morre no Brasil. Antes, na Espanha, mais precisamente em Madrid, mais exatamente em El Pardo, ele sai de casa de manhã e retorna à noite, às vezes fica fora de casa por dias. Não pergunto aonde vai. Prefiro que vá e não volte. Ele volta. Jamais comenta aonde foi, como não comentava em Nova York ou em Boston. Não nos falamos. Sentado à mesa da cozinha, a comer um pedaço de queijo que eu compro para o jantar, ele me diz que pretende voltar a usar seu nome verdadeiro, esse nome que eu nunca soube qual era, esse nome que desapareceu com os documentos, nome que começava com V ou com W, disse-me ele, uma vez em que a bebida o deixou alegre sem motivo aparente, um nome que eu deveria adivinhar se fosse esperta para isso. (TIBURI, 2018, p. 132)

A personagem Lúcia de *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018), em virtude do trauma ocasionado pela ditadura tem uma visão deformada sobre tudo que lhe aconteceu, pois foi ludibriada e acreditou em fatos pueris como forma de proteção, haja vista que o medo e as lembranças a paralisaram muitas vezes. O tempo no exílio não foi bom porque a convivência com Manoel não era. Além do trauma da tortura, na qual foi violentada física e emocionalmente, no exílio, não conseguiu se desgrudar de Manoel nunca. O apoio que necessitava dele, não tinha, então continuou abalada psicologicamente e sem forças para se afastar de uma pessoa que abominava. O exílio foi tão traumático quanto o que viveu, no Brasil, no regime ditatorial. A ditadura foi dilacerante para esta mulher, pois ela se desconfigura de um jeito que é impossível juntar os seus fragmentos segregados pela dor e pelo medo. O trauma é a ferida não cicatrizada.

Em relação ao exílio presente em *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018), Lúcia rememora:

Quando chegamos aos Estados Unidos, Manoel fica meses internado no hospital com todos os mais variados tipos de doenças infecciosas que, penso eu, possam ser efeito dos sofrimentos passados. Ele não fala disso, como eu também não falo de tudo o que me aconteceu. Apenas as partes mais comuns, aquelas que todos conhecem. Não sei como sobrevivi e não quero saber e não quero narrar e não quero elaborar. Não quero nada. Gasto todo o dinheiro que ganho na época de Lisboa com remédios e

dentistas que não entendem como posso ter perdido tantos dentes.
(TIBURI, 2018, p. 131)

A Lúcia, no exílio, não sabe como sobreviveu e não quer saber, não quer narrar e não quer elaborar. Depois quando encontra Betina, no Brasil, continua sem querer narrar ou elaborar, pois foge das indagações, oculta a verdade da moça, e fica assustada quando toma conhecimento que Betina sabe o que tenta esconder, isto é, o trauma não finalizado, atemporal, reverberante. Enquanto parte da sociedade brasileira quer reelaborar o passado, não quer esquecê-lo, a personagem não quer discutir tal assunto, não quer comentar, por isso, credita-se ao trauma esta “resistência de dizer”. Entretanto, talvez falar sobre e/ou a escrita sejam as únicas formas de vencer a dita resistência porque seria terapêutica. De acordo com Maria Rita Kehl:

“Passado um tempo subjetivo em que silêncio e estupor são as únicas reações possíveis ante ao evento traumático, as vítimas e testemunhas se põem a falar. Ou escrever. Não é um capricho é uma necessidade” (KEHL, 2011, p.43).

O exílio não foi libertação, foi outra prisão. Logo, a necessidade de narrar se faz mais urgente. As famílias, como a de Lúcia, separaram-se por situações adversas - algumas se reencontraram, outras não -, pelos desaparecidos políticos, como a irmã dela chamada Adriana. A Lúcia também foi dada como morta e, pelo medo, não reapareceu. Nunca se sentiu viva pelos traumas que a acompanham e que não têm fim.

Assim, o exílio tem o componente traumático consigo. Pode ter sido bom para alguns, mas, na grande maioria das situações, foi uma mudança radical na vida, foi uma situação de contrariedade vivida por muitos anos até ser possível o retorno ao país, e algo que se torna um peso constante deixa marcas profundas. Dá para ver que, na personagem Lúcia, além da tortura, o exílio foi bastante marcante, pois continuou ecoando nos seus caminhos e nas suas preocupações. Ela voltou ao país, porém foi como se continuasse exilada, pois o uso da identidade falsa perdurou, não procurou os familiares, os amigos, ninguém. Assumiu uma identidade falsa quando foi para o exílio e permaneceu nela na volta, mesmo com o regime ditatorial finalizado. Logo, o trauma não sofre o domínio do tempo, remanesce. A Alice não sobreviveu à tortura e ao exílio, só subsistiu a Lúcia e seus traumas.

4.3 Exílio e Trauma em *Tropical Sol da Liberdade* e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*

O exílio teve uma importância ímpar na vida das protagonistas Lena e Lúcia deixando marcas que se aprofundaram no restante das suas caminhadas. Em *Tropical Sol da Liberdade* (2012), o exílio em si é sentido de maneira menos danosa, entretanto há alguns fatos que foram acomodados às conveniências do período, a despeito da amargura da protagonista. Há menção, na obra, que foi um período de saudade e de aprendizado, mas rápido, não tão aterrador quanto o exílio apresentado em *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018), pois o parceiro da Lúcia, Manoel nunca facilitou a vida dela, a manteve presa a ele, mas indiferente aos sentimentos da moça. A Lena foi para o exílio em uma situação bem diferente da de Lúcia, pois esta literalmente fugiu da tortura e exilou-se em decorrência da violência sofrida.

O componente traumático se manifesta como obstáculo às percepções identitárias das protagonistas, como se reconfiguraram após o regime, com uma forte desarticulação interna, que acabou por levá-las à melancolia e a um desânimo frente aos fatos da vida. Portanto, por meio desses romances, resgata-se o inconsciente coletivo sobre a ditadura, sobretudo porque as autoras utilizam demais as memórias das personagens para relatar os seus efeitos nos sobreviventes. Elas não são exemplos, não são modelos para ensinamento no atinente ao trauma gerado pela ditadura, talvez sejam parâmetros, referências para a questão traumática oriunda da violência psicológica e física e tudo que pode decorrer daí. O fato de a literatura encarar o exílio e o trauma como motes inseridos na ditadura dá uma nova dimensão para esses referentes elevando-os a um novo patamar de notoriedade, antes sintetizados em discussões acadêmicas. Isto serve para salvaguardar a memória coletiva das tantas histórias (de ficção ou não) constituídas pelo trauma do regime autoritário.

As lembranças mais robustas advêm do período ditatorial e do exílio que obrigatoriamente cumpriram pela insegurança que sentiam. Foram forçadas a deixar o país, uma imposição brutal da ditadura que as ameaçava e as aniquilava. O aspecto político foi fundamental para os exílios, pois foram informalmente

empurradas para o estrangeiro, já que se sentiam vigiadas e ameaçadas na sua pátria. A Lúcia não participava e nem ajudava os militantes, era indiferente ao que acontecia, alheia aos fatos políticos daquele período. Porém, tanto Lúcia quanto Lena acabaram envolvidas porque seus irmãos eram atuantes e isto fez com que a polícia política as investigasse. Lena não sofreu a tortura e Lúcia foi agredida dos mais perversos modos. As duas acabaram no exílio por diferentes razões. Outrossim, nota-se que as personagens são traumatizadas pelo que sofreram no Brasil e pela inadequação àquele modo de viver do expatriado.

Nesse passo, as histórias de ambas as protagonistas não são únicas, houve outras tão dilacerantes e até mais corrosivas do que as delas, que se alicerçam em fatos concretos para reelaborar seus traumas e suas dores.

As questões sobre o exílio são patentes nos dois livros, não obstante serem enfrentados de forma diversa, contudo o trauma das personagens é representativo das consequências oriundas do vivido no exterior, cada uma a seu modo. Encaram seus dramas internos de jeito singular porque cada pessoa é diferente da outra, inclusive os eventos traumáticos de cada uma delas são distintos, no entanto a representatividade de tudo que envolve exilados estão nos dois romances. Encontramos aqui uma corajosa conexão da história, cujo conteúdo verdadeiro foi manipulado inúmeras vezes, com a literatura como um lugar de representação das vítimas e dos algozes da ditadura, como representativa da dor, da perseguição e do que é viver em um regime autoritário, principalmente quando se é obrigado a conhecer o desconhecido sem amparo algum, como fugitivos. As ocorrências traumáticas no exílio são mais pesadas, pois o ser humano está vivendo na insegurança de não saber como será o amanhã, quanto tempo vai durar tal estado de provisoriedade, sem data para acabar. Estes dois romances são notáveis no sentido de que levam os leitores a terem consciência perfeita do que os exilados passaram na ditadura dentro e fora do Brasil.

5. Conclusão

Na presente pesquisa, podemos perceber como a literatura se presta à manutenção da memória individual, coletiva e histórica, como forma de resistência

para evitar o esquecimento, para expor o trauma, a violência, a vida do exilado, do clandestino, o autoritarismo, relacionados ao período da ditadura brasileira. Este período histórico tem uma fonte inesgotável de informações para pesquisa, pois há muitas questões para serem deslindadas.

É evidente que a literatura é uma arte ampla, que pode tratar dos diferentes temas e que os aceita com total liberdade de expressão, sendo históricos ou não, porém aqui conseguimos mostrar o quão importante ela se faz ao retratar dramas que englobam fatos históricos, mormente por serem atemporais, não se extinguem em uma obra ou outra, pelo contrário, ela permite o alargamento dos debates, sendo por isso que os temas abordados nas obras *Tropical Sol da Liberdade* (2012) e *Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro* (2018) devem continuar sendo discutidos no Brasil contemporâneo. A reinterpretação do passado histórico pela literatura auxilia na percepção de novos enfoques e o que se tem consagrado como verdade pode adquirir novos pontos de vista ante a reelaboração do pretérito. Como pudemos observar ao longo de todo o trabalho, a definição de memória relaciona-se à história, pois é criada a partir desta, e a literatura serve como instrumento para manter viva a memória referente a fatos históricos como a ditadura no Brasil.

Logo, a literatura que trata de um período tão relevante da história brasileira merece ser ampliada e divulgada; requer uma atenção maior dos autores para que as novas gerações conheçam com mais profundidade esse momento crucial para o Brasil e para os brasileiros. A memória individual e coletiva, o trauma e o exílio estão interligados e aqui mostramos seus vários aspectos ocasionados pela ditadura. A ditadura criou situações várias indesejáveis para os brasileiros que militavam contra o regime e seus familiares. Ao revisar a literatura que abrange essas questões e após, nos romances, é possível verificar as crises de identidade, os medos, os traumas, o silenciamento, o exílio, como oprimiram as vítimas diretas da violência. O compartilhamento por meio da literatura ajuda a evitar o esquecimento, pois não é isso que se quer, pelo contrário, o que se deseja é que a literatura continue oportunizando conhecimento das diversas questões emblemáticas originadas pela ditadura. Ela tem que continuar sendo meio de reflexão para uma perene

reelaboração da memória coletiva. O trauma da repressão permanece reverberando na vida dos exilados. As marcas os acompanham durante toda a vida. É impossível esquecer e continuar vivendo como se nada tivesse acontecido. As crises identitárias aparecem no exílio e quando exilado retorna para seu país. Então, ressignificar a ditadura é uma forma de manter a memória coletiva e a literatura é indispensável para tal fim. Com ela, podemos dar voz a quem nunca teve oportunidade de expressar livremente o que viu ou viveu junto ao submundo do regime ditatorial. O passado não está fechado para sua ressignificação, e sua reelaboração é necessária, pois a memória é um campo de conflitos que devem ser trabalhados para efetivamente compreender o que se passou. No meio literário há um espaço coletivo que ainda não foi completamente preenchido. Logo, com a literatura, cria-se uma consciência histórica, quando se admite as lembranças pessoais sobre acontecimentos históricos como sendo coletivas, então pode ser vista como um espaço coletivo de ressignificação e a memória pode ser recriação coletiva.

A escrita sobre o passado, sobre a ditadura, é uma forma de construir um presente e um futuro diferentes, é a construção de um novo projeto de país, usando a memória individual e a coletiva como forma de comunicação, como recriação coletiva. A reinterpretação do passado por meio da literatura nos permite informar o que realmente aconteceu, divulgar fatos que não estão na mídia, nos jornais, nos bancos de dados oficiais, recriando a memória coletiva, abrindo as mentes para absorção de fatos novos, para reflexão conjunta do que de fato aconteceu. O questionamento deve ser constante, portanto a literatura do século XXI deve explorar mais a ditadura brasileira porque, de concreto, vemos poucos textos literários sobre esse período tão abundante de assuntos de interesse público. Por conseguinte, é imprescindível preencher as lacunas ainda existentes sobre a ditadura brasileira por meio desse espaço coletivo, convergente e divergente, chamado literatura.

Referências

- ABRUCIO, Fernando. 1988, o ano em que aprendemos a democracia. **Revista Época**, Editora Globo, 2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI12399-15230,00.html>. Acesso em: 02 set. 2020.
- BARRAZA, Ximena. Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária. In: LUIS, M; *et al.* (org.). **América Latina: novas estratégias de dominação**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BRAGA, E. S. O trabalho com a literatura: memórias e histórias. **Cadernos Cedres**, Campinas, v. 20, n. 50, p. 84-102, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132622000000100007&script=sci_artt ext. Acesso em: 21 mai. 2020.
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa et al. **Memórias do Exílio**. 1.ed. São Paulo: Livramento, 1976. 335 p.
- COSTA, Albertina de Oliveira et al. **Memórias das Mulheres do Exílio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 432 p.
- CRUZ, Fabio Lucas da. A História e as memórias do exílio brasileiro. **Revista Catarinense de História**, 2012. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=a+hist%C3%B3ria+a+e+a+memoria+do+exilio+brasileiro&btnG=. Acesso em: 13 jan. 2020.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **A Literatura como Arquivo da Ditadura Brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- FILHO, João Roberto Martins. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: **Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=A+guerra+da+mem%C3%B3ria%3A+a+ditadura+militar+nos+depoimentos+de+militantes+e+militares+&btnG=. Acesso em: 26 mai. 2020.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore. (Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 43, p. 179-190, 2014. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=%28Des%29mem%C3%B3ria+e+cat%C3%A1strofe%3A+considera%C3%A7%C3%B5es+sobre+a+literatura+p%C3%B3s-golpe+de+1964&btnG=. Acesso em: 12 jun. 2020.
- GIACOIA JUNIOR, OSWALDO. **Nietzsche: o humano como memória e promessa**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2013, p. 300. Disponível em: <https://ler.amazon.com.br/?asin=B00DZPIYV4>. Acesso em 05 jan. 2022.
- GINZBURG, Jaime. **Crítica em Tempos de Violência**. São Paulo: Ed. Edusp, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2003. 224 p.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento** [recurso eletrônico]. São Paulo. Ed. Boitempo, 2020. Disponível em: <https://ler.amazon.com.br/?asin=B08CBMBQFF>. Acesso em 05 jan. 2022.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 4ª edição, 2011.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas, SP. Ed. da Unicamp, 2003.

MACHADO, Ana Maria. **Tropical Sol da Liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012. 371 p.

RIBEIRO, Denise Felipe. Memórias do exílio e do retorno ao Brasil antes da anistia. In: **XIV Encontro Regional da ANPUH – Rio, Memória e Patrimônio**, 11, 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=mem%C3%B3rias+do+ex%C3%ADlio+e+do+retorno+ao+Br](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=mem%C3%B3rias+do+ex%C3%ADlio+e+do+retorno+ao+Brasil+antes+da+anistia+denise+felipe+ribeiro&btnG=) asil+antes+da+anistia+denise+felipe+ribeiro&btnG=. Acesso em: 24 jun. 2020.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio: refazendo identidades. **História oral**, n. 2, 1999.

QUADRAT, Samantha Viz. Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros. In: **IV Jornadas de Historia Reciente**, 2008, Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Solidariedade+no+ex%C3%ADlio%3A+os+la%C3%A7os+en](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Solidariedade+no+ex%C3%ADlio%3A+os+la%C3%A7os+entre+argentinos+e+brasileiros.+&btnG=) tre+argentinos+e+brasileiros.+&btnG=. Acesso em: 24 jun. 2020.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Trad. de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALGADO, Livia de Barros. **Narrativas de dor e silêncio**: tortura, clandestinidade, e exílio na vida de homens e mulheres durante a ditadura brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=narrativas+de+dor+e+sil%C3%A2ncio&btnG=. Acesso em: 17 jul. 2020.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva**. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Vidas clandestinas: a ditadura militar brasileira e as memórias da clandestinidade. In: **X Encontro Nacional de História**, 15, 2010, Contagem. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=vidas+clandestinas&btnG=. Acesso em: 25 jun. 2020.

SCOTTE, Laura Jahn. **Sobre exílios, silêncios e reparações**: uma análise sobre as concepções de vítima da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SOBRE+EX%3%8DLIOS%2C+SIL%3%8ANCIOS+E+REPARA%3%87%3%95ES%3A+UMA+AN%3%81LISE+SOBRE+AS+CONCEP%3%87%3%95ES+DE+V%3%8DTIMA+DA+DITADURA+CIVIL-MILITAR+BRASILEIRA+%281964-1985%29+&btnG=. Acesso em: 06 jun. 2020.

SILVA, Márcio Seligmann. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SILVA, Márcio Seligmann. **História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. 3ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2016.

SILVA, Márcio Seligmann. **O Local da Diferença**. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2018.

TIBURI, Marcia. **Sob Meus Pés, Meu Corpo Inteiro**. 1ªed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2018. 181 p.

UMBACH, Úrsula et al. Memória, escrita e assimetria de poder em Tropical Sol da Liberdade, de Ana Maria Machado. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 20, n. 41, p. 69-83, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/letras/article/view/12160>. Acesso em: 04 set. 2020.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. A ditadura brasileira em obras de autoria feminina: testemunho e memória. **Nonada: Letras em Revista**, 2014.

Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+DITADURA+BRASILEIRA+EM+OBRAS+DE+AUTORIA+FEMININA%3A+TESTEMUNHO+E+MEM%3%93RIA+++&btnG=. Acesso em: 07 jan. 2020.

VECCHI, Roberto et al. A dupla cicatriz: a ditadura brasileira e a vocalização feminina da memória traumática de Ana Maria Machado. **Estudos de Literatura Brasileira**, 2020. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+dupla+cicatriz%3A+a+ditadura+brasileira+e+a+vocaliza%C3%A7%C3%A3o+feminina+da+mem%C3%B3ria+traum%C3%A1tica+de+Ana+Maria+Machado+&btnG=. Acesso em: 25 mai. 2020.

Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI12399-15230,00.html>. Acesso em: 02 set 2020

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/letras/article/view/12160>. Acesso em 04 set 2020.